



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ALANE KALINE QUEIROZ SILVA

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: HISTÓRIAS, FALAS E MEMÓRIAS DE MORADORES
DO POVOADO CAMPO DO URUBU – PARICONHA/AL**

Delmiro Gouveia, AL

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ALANE KALINE QUEIROZ SILVA

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: HISTÓRIAS, FALAS E MEMÓRIAS DE MORADORES
DO POVOADO CAMPO DO URUBU – PARICONHA/AL**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Orientador: Dr. Marcos Ricardo de Lima

Delmiro Gouveia, AL

2021

Dedico este trabalho a minha família, em especial ao meu filho que foi meu companheiro fiel e principal incentivo para acreditar em mim mesma e persistir quando descreditei que seria capaz de finalizar o que havia começado.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gratidão a Deus, pois dele que vem toda a força que me sustenta depois de um tempo tortuoso ao qual eu sobrevivi e consegui superar minhas limitações, para hoje então está agradecendo a oportunidade de concretizar este trabalho que desde o início do curso já era um projeto na minha cabeça.

Gratidão ao meu orientador Marcos Ricardo de Lima, por toda a paciência que teve comigo ao longo deste processo, por todo incentivo e acima de tudo por acreditar em mim.

Gratidão ao meu filho Henry, que deu seus primeiros passos ainda pelos corredores da Universidade, me acompanhando desde o quarto período, debaixo de sol e chuva, acordando cedo e voltando tarde pra casa, dormindo no chão da sala de aula, mas sempre conquistando novas amizades pelo campus.

Agradeço ao meu irmão Adolfo Mateus, que por muito tempo acordou cedo só para me levar até o ponto onde eu esperava o ônibus para ir a Universidade.

Ao meu irmão Anderlan, que sempre me incentivou e deixou nítido o quanto se orgulhava de mim.

Aos meus irmãos Alan e André, que também estiveram presente durante todo o processo de formação e contribuíram de alguma maneira para que eu conseguisse alcançar meus objetivos.

Aos meus avós, que sempre me ajudaram muito, principalmente quando eu não tinha condições de comprar apostilas e livros.

Aos meus pais, em especial minha mãe que desde o início motivou essa conquista.

A todos que acreditaram em mim e contribuíram para a concretização deste trabalho.

Ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Ufal Campus Sertão.

Gratidão!

SUMÁRIO

CAPÍTULO I. História de vida e memória como metodologia de pesquisa.....	8
CAPÍTULO II. História da Educação do Campo: Passos para a atualidade.....	13
CAPÍTULO III. Caracterização popular da Educação do Campo: Marcas históricas expressas pela história oral.....	27
CAPÍTULO IV. Conhecendo a Escola Municipal de Educação Básica São Cristovão.....	32
4.1. Vozes da Comunidade: relatos de experiências e perspectivas.....	41
REFERÊNCIAS	52
ANEXOS	54

EDUCAÇÃO DO CAMPO: HISTÓRIAS, FALAS E MEMÓRIAS DE MORADORES DO POVOADO CAMPO DO URUBU – PARICONHA/AL

Alane Kaline Queiroz Silva ¹

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar e discutir a Educação do Campo desde seus primórdios, enfatizando o processo de lutas e conquistas, levando então para uma região específica para assim trabalhar com a narrativa de sujeitos que vivenciaram essa realidade que é pouco retratada cientificamente, evidenciando também que a Educação do Campo vai além dos movimentos por terra e que cada região do país apresenta uma peculiaridade que merece ser reconhecida e considerada em todos os aspectos que conferem direitos e deveres do povo e do Estado. A metodologia utilizada será a História de vida e memória, com o objetivo de aproximar a teoria da realidade vivenciada e narrada por diferentes sujeitos.

Palavras-Chave: Educação do Campo, Memórias, Direitos.

¹Graduanda de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus do Sertão, Delmiro Gouveia, 2021. Contato: alany.k03@gmail.com

FIELD EDUCATION: STORIES, SPEECHES AND MEMORIES OF RESIDENTS OF THE PEOPLE CAMPO DO URUBU - PARICONHA / AL

Alane Kaline Queiroz Silva ¹

ABSTRACT

The present work aims to present and discuss the Field Education since its beginnings, emphasizing the process of struggles and conquests, taking then to a specific region to work with the narrative of subjects who experienced this reality that is little scientifically portrayed, evidencing also that Field Education in the goes beyond movements by land and that each region of the field has a peculiarity that deserves to be recognized and considered in all aspects that confer rights and duties of the people and the State. The methodology used will be the History of life and memory, with the objective of bringing the theory closer to the reality lived and narrated by different subjects.

Keywords: Field Education, Memories, Rights.

¹Graduanda de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus do Sertão, Delmiro Gouveia, 2021. Contato: alany.k03@gmail.com

CAPÍTULO I

HISTÓRIA DE VIDA E MEMÓRIA COMO METODOLOGIA DE PESQUISA

A metodologia utilizada no desenvolvimento deste trabalho trata-se da história de vida e memória de pessoas que vivenciaram a evolução da educação desde a sua introdução na área campense até o atual momento, tanto alunos quanto professores, sendo interessante ressaltar que este método de pesquisa tem um caráter qualitativo e é comumente utilizado a exemplo, na área de ciências humanas e sociais que seguem a vertente de acompanhamento ao desenvolvimento do ser humano em diversos aspectos, o que também se aplica a pedagogia como área ampla e investigativa no campo do desenvolvimento humano.

Alguns marcadores específicos caracterizam este meio de trabalho e pesquisa, como a narrativa, o tempo e o lugar, de modo que esse conjunto demonstra profundidade à pesquisa, além de traçar uma linha a se seguir, como neste caso, uma linha temporal de acontecimentos no Povoado Campo do Urubu, situado no município de Pariconha – AL, sendo narrada por sujeitos que vivenciaram o que descrevem.

Considerando a princípio a relevância e a veracidade identificada por meio de falas que narram uma vivência em tempos passados e se comparam automaticamente com os dias de hoje, junto à busca de enriquecer e tornar ciência a realidade vivenciada por sujeitos que se deparam constantemente com a negação dos seus direitos, onde o Estado encontra apenas meios paliativos para atender os direitos dos indivíduos, sem mais condições objetivas para o desenvolvimento de suas potencialidades, encontrando-se a margem de uma sociedade capitalista que trata como prioridade aquilo que pode lhe render lucros.

Trabalhar com memórias ou lembranças é de certa forma reescrever o que passou através da maneira como as pessoas narram suas experiências, ou seja, apesar de teoricamente ser apontado como um método impreciso sem fontes materiais que possam ser comprovadas, a veracidade se dá através de quem narra, tanto que esta é uma das razões pela qual essa metodologia será trabalhada, a ausência de materialidade que comprove a natureza das atividades educacionais exercidas antigamente, dando credibilidade as vozes dos sujeitos que descrevem os fatos por eles vivenciados.

É comum em comunidades campenses as pessoas mais velhas compartilharem suas histórias de vida por meio de narrativas interessantes que despertam curiosidades em quem as escuta, assim como também levanta um comparativo com a realidade que se conhece hoje, considerando as ausências e dificuldades que existiam anteriormente e agora pode se considerar que foram superadas, mas reconhecendo que deixaram rastros que ainda são perceptíveis nos dias atuais e podem ser considerados até mesmo como algo cultural que é

passado de uma geração para outra. Pensar na história de vida narrada, nos remete a construção de uma autobiografia, na qual o autor retrata sua própria realidade enfatizando tudo que viveu com propriedade:

O relato autobiográfico é, portanto, incompleto; ele é como todo instrumento de coleta de dados em ciências sociais. Olhemos mais longe ainda: ele é incompleto nos dados, como toda ferramenta de coleta, mas não no plano da significação, contrariamente a muitas outras abordagens. De fato, a necessidade de que o relato "faça sentido" obriga a fechar o texto nele mesmo, a torná-lo coerente ou autônomo ou a lhe fornecer uma lógica ou uma "ordem". O relato de tipo autobiográfico possui, portanto, uma vantagem inegável em face de outras ferramentas, visto que ele mobiliza o indivíduo e exige dele o que outras abordagens não lhe solicitam. Desse modo, a questão não está na "verdade", mas no "sentido", e é preciso deportar a perspectiva da verificação ou da qualificação dos fatos, certamente útil, porém insuficiente e necessariamente inacabada, para a análise do sentido do relato, daquilo que ele quer dizer para o autor. (BOUILLOUD, 2009, p. 47)

Nesse sentido, notamos que a significação é tão importante quanto a veracidade e a comprovação do que é contado, pois o sujeito autobiográfico descreve de acordo com o modo que vê tudo que vivenciou, e pela sua maneira de retratar isso acaba transmitindo ao leitor ou ouvinte sentimento de pertencimento e sentido da sua história. Os significados despertam sentimentos distintos nos indivíduos, mas induzem tanto o autor quanto leitor e/ou ouvinte a fazer parte de algo que já passou em uma espécie de releitura pessoal o autor traz lembranças boas ou ruins, na qual se permite recontar de modo que irá alcançar outras pessoas que terão como possibilidade agora se colocar dentro desta mesma história, nesse sentido, como um telespectador, que cria em sua imaginação a idéia de um filme se passando, sendo esse filme criado através da própria imaginação induzida por meio da história contada de outro indivíduo.

Como citado por Bouilloud (2009), esse procedimento é considerado incompleto, no entanto ele permite o que outras metodologias não permitem e isso concede autonomia para que a coerência seja definida ao longo da produção textual, como neste caso, além de deixar por conta do autor a atribuição do sentido e as chaves utilizadas referentes à história descrita para que a mesma seja pertinente e assim seja capaz de alcançar os objetivos traçados pelo próprio autor.

[...] as narrativas fazem parte de uma memória coletiva cujos vínculos são constituídos pela idade e pelo pertencimento a uma determinada comunidade, e o fio que une as lembranças são as memórias sobre a educação em um espaço geográfico e social. (GRAZZIOTIN E ALMEIDA, 2012), p.30)

Grazziotin e Almeida (2012), aqui destacam a construção da narrativa coletiva como parte da memória estando vinculada a idade e ao pertencimento a uma comunidade, como anteriormente colocado, que a metodologia da história de vida e memória tem como marcadores o trabalho com a narrativa, tempo e lugar para construção e organização desta história que passa a ser escrita ou trabalhada de maneira oral.

Trabalhar com memórias então, é ocupar uma posição complexa, na qual o pesquisador é também sujeito e objeto de pesquisa, demonstrando uma singularidade na qual o sentido é dado no tempo que aquele que narra também acaba por ressignificar suas experiências, assim como quando compartilha com outro sujeito e ambos atribuem significados a suas histórias. Chega a ser peculiar, no entanto, cada história carrega um sentido que permite que a técnica de pesquisa seja adaptada a cada sujeito e a sua narrativa. O tempo e o lugar também são de extrema relevância e determinantes para que se possa compreender como a memória foi construída e como os significados surgem.

As memórias por sua vez, estão diretamente ligadas às experiências de vida, elas são a organização dos fatos antes de serem narrados, são muitas vezes imprecisas, mas são carregadas de valores, pois permitem aos sujeitos ressignificar suas experiências passadas em determinado tempo e lugar, como também não dependem de algo material, pois se trata de algo espontâneo, mas que pode também ser incitado. Pesquisas relacionadas a este procedimento buscam esclarecer como ocorre o processo de relações e organização da memória aliada ao tempo e espaço, além da importância da atribuição de significados.

A possibilidade de refazer a maneira como se vislumbra pesquisar, conseguindo chegar ao objetivo por caminhos distintos, torna mais interessante e marcante todo o conjunto por trazer um enredo que abrange diversos lugares e narrativas, com o propósito de associar diferentes recursos e objetos, como cita Nogueira, Barros, Araujo e Pimenta (2017), em um dos seus trabalhos a cerca deste método, enfatizando a questão do espaço e do tempo, além das narrativas dentro deste contexto:

É bonita e importante a reflexão do pesquisado sobre o *tornar-se espaço do tempo*. Parece ser esse o conteúdo comum das narrativas singulares que o método possibilita. A cada encontro, o método é refeito. O caminho metodológico é adaptado e transformado em cada pesquisa, a partir da consideração do sentido, produzido no processo de narrativa, nos lugares em que a narrativa acontece. O encontro (quem narra; quem escuta) faz toda a diferença, bem como o *lugar* em

que ele toma corpo - o lugar é um conceito que carrega indissociavelmente o material e o simbólico na sua especial capacidade de servir como um desenho quase preciso do tempo. Para Milton Santos (2008) o lugar é o espaço local. Podemos entender a especificidade do conceito imaginando que ele emerge quando a escala geográfica toma a forma do vivido.

Ainda nesta perspectiva, os mesmos autores constatam que a memória está presente no lugar, aliada também as experiências, pois é no lugar onde acontecem as ações determinantes do enredo de uma história através das ligações entre mundo e indivíduos, tempo e espaço, materialidade e imaterialidade, dependendo assim da mediação para se produzir um material que abranja todas essas especificidades permitindo ao ouvinte, ou leitor uma atribuição de significados autônoma.

É no lugar que mora a memória e a experiência, pois é onde a vida acontece e, assim, é onde o sentido e os significados se inscrevem; ficando ali registrados para serem recriados. No lugar, nas ligações que oferece entre mundo e indivíduo, entre tempo e espaço, entre materialidade e imaterialidade, as mediações simbólicas, fundamentais à vida cotidiana, se fazem existir (Santos, 1996). Precisamos sempre partir de um lugar: "o homem não vê o universo a partir do universo, o homem vê o universo a partir de um lugar" (Santos, 1987, p. 81). É justamente nos lugares que a experiência subjetiva acontece como produção de sentido, movimento e diferenciação.

Trabalhar com falas de sujeitos, especificamente falas atreladas a suas histórias de vida pessoal, é imergir a uma constante reflexão e um comparativo muito pertinente, justamente com a atribuição de significados, a valorização de tudo que se tem, contribuindo assim para a reflexão enquanto sujeitos, compreendendo que apesar de existir dificuldades e carências, essas pessoas conseguiram superá-las.

Quando colocado o termo "valor", é justamente uma referência a atribuição do significado a vida, de modo que podemos perceber por meio de muitas histórias que quando se trata de uma vida com significados e valores ela não precisa necessariamente estar ligada a bens materiais ou situação socioeconômica, apenas ao que cada sujeito guarda em si como algo que vale a pena e merece ser lembrado e valorizado.

CAPÍTULO II

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: PASSOS PARA A ATUALIDADE

A Educação do Campo assim como hoje conhecemos, trata-se de um termo conquistado por meio de lutas que tinham como objetivo legitimar a educação aliada ao trabalho no meio rural, uma vez que este modelo educacional estava associado á condições de precariedade e limitação, tendo esta região um povo merecedor de que seus direitos sejam exercidos também na prática e não somente em documentos.

Desde o descobrimento do Brasil a alfabetização se fez presente de diversas maneiras, até que passou a ser reconhecida como uma necessidade, de modo que possibilidades de alfabetizar foram consideradas em busca de atender os indivíduos que viviam do trabalho com a terra e criações de animais, buscando inicialmente por locais para receber os interessados em ser alfabetizados, sendo na maioria das vezes, casas, fazendas e até mesmo ao ar livre. No entanto, algo marcante neste período inicial da educação no Brasil e na área do campo, mais especificamente, além da imposição ideológica e dos interesses voltados para o benefício das elites dominantes de cada época, o que evidencia o caráter político da educação.

Os movimentos e a resistência de uma população marginalizada tinham como objetivo que o povo pertencente ao campo tivesse seus direitos garantidos e praticados, despertando assim também a consciência de que a educação está englobada como um direito que precisa e deve ser garantido pra a vida toda assim como tantos outros direitos que são considerados básicos, ou seja, este direito não pode ser limitado, mas sim ofertado em sua totalidade por tempo indeterminado. Por meio dos movimentos os indivíduos passam a compreender que o Estado tem como dever garantir uma educação pública e de qualidade, tendo em vista que as escolas situadas em área rural são de responsabilidade do município, por sua vez, o município está diretamente ligado ao Estado e a sua distribuição de recursos para educação.

Assim surge a consciência das Políticas Públicas e sua aplicabilidade, de modo que se passa a entender que a educação é um direito do povo, um dever do Estado e de caráter obrigatoriamente público nesse sentido. Sendo assim, é algo que como cidadãos podem e devem cobrar por uma igualdade de direitos, isso por ter um modelo educacional constantemente comparado com as escolas situadas na área urbana que em sua maioria das vezes dispõe de vários recursos inexistentes nas escolas dos povoados. Reivindicar que as Políticas Públicas que sejam exercidas de acordo com parâmetros legais é compreender que escolas públicas, transportes públicos, professores qualificados, materiais didáticos e tantos

outros recursos fazem parte de um pacote que tem como objetivo garantir uma educação pública de qualidade.

O artigo 28 da Lei de Diretrizes Base do Ensino Nacional (LDBEN/96) aborda as adequações consideradas necessárias para que o ensino para a população rural aconteça de maneira promissora considerando as especificidades existentes em cada região, de modo que o currículo possa refletir e também reconhecer a realidade.

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I. conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II. organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III. adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996. LDBEN artigo 28)

No entanto, a Educação do Campo até o presente ainda é planejada a partir do meio urbano, assim, a escola do campo passa a ser uma espécie de extensão da escola urbana, mesmo na tentativa de que essa concepção seja modificada e estas escolas do campo sejam percebidas com espaços além do educacional por ter enraizado em si cultura e valores de povos como quilombolas e indígenas ou militantes de movimentos rurais como o Movimento Rural Sem Terra (MST), essa ainda é uma realidade que pode ser percebida no dia a dia das comunidades e na execução dos métodos educacionais destas escolas que foram e por vezes ainda são caracterizadas preconceituosamente como carentes e direcionadas a pessoas ignorantes e sem perspectivas de avanço educacional.

O processo para se chegar até o ponto atual exigiu muitas lutas e artifícios que marcaram toda essa trajetória do povo do campo, como por exemplo, a Reforma Agrária, é impossível não ter a Reforma Agrária como referência desse processo que foi determinante para toda uma classe discriminada e com seus direitos básicos negados.

Barros (2016), em seu artigo intitulado “REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO RURAL E DO CAMPO: AS LEIS, DIRETRIZES E BASES DO ENSINO NO E DO CAMPO NO BRASIL”, traz uma discussão esclarecedora acerca da história de lutas e

conquistas da educação no campo, esclarecendo também a diferença existente entre o uso “*NO* campo” e “*DO* campo” para se referir ao modelo educacional aplicado na área do campo. Com base na proposta do artigo, e com a intenção de simplificar a compreensão do leitor em relação ao processo histórico, segue uma tabela com os fatos que marcaram todo o processo evolutivo que de forma determinante para se chegar ao ponto atual da educação do campo:

Constituição – 1824	Muda o discurso acerca da educação, porém não conseguiu mudar a prática, que até então era dividida em dois graus, seguindo o modelo utilizado por Dom João VI, no qual um destes ensinava conhecimentos considerados essenciais para o todo, e o outro era mais específico, voltado para artistas, comerciantes e agricultores.
Constituição – 1891	A primeira no sistema republicano, marcando assim, a transição da monarquia para o sistema supracitado. Traz em seu texto a escola primária como obrigatória, explicitando também a necessidade e o objetivo de formar mão de obra qualificada. Traz também a questão da dissociação entre Estado e religião na educação.
Ministério da Educação e da Cultura – MEC – 1930	Assume o controle da educação no país, de modo que desta vez a educação rural ganha destaque tanto na questão ideológica como política.
Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova – 1932 (Governo de Getúlio Vargas)	Traz a democratização e obrigatoriedade da educação de forma laica e pública
	Educação como direito de todos e dever do Estado, assegurando, em parte, o

Constituição – 1934	financiamento das escolas rurais, como citando no artigo 156 em seu parágrafo único: “para a realização do ensino das zonas rurais, a União reservará, no mínimo, vinte por cento das cotas destinadas à educação no respectivo orçamento anual”.
Constituição – 1937	A oferta de ensino técnico a nível profissional é oficializada, no entanto, claramente direcionado para as classes consideradas menos favorecidas, incluindo assim as pessoas do campo, tendo como objetivo formar setor industrial.
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacional – INEP – 1938	Órgão responsável por alterar o cenário educacional, assumindo uma administração a nível nacional da educação brasileira.
Clubes Agrícolas – 1940	Surge através do movimento Ruralismo Pedagógico, com o objetivo de intensificar o processo educativo na formação de alunos e professores direcionados ao campo.
Leis Orgânicas – 1942 (O principal objetivo dessas leis consistia na regulamentação e direcionamento do ensino primário no país)	Surge através do MEC, tendo como principal objetivo tratar da regulamentação e direcionamento do ensino primário no país.
Constituição – 1946	Reforça a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, assegurando também o direito a educação além da previsão de recursos e outros fatores positivos.
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (nº 4024/1961) – 1961	Essa lei é a primeira que busca regulamentar todos os níveis de ensino no país, tratando também da questão do currículo, informando as disciplinas obrigatórias e concedendo certa liberdade para os Estados e

	estabelecimentos privados de ensino inclusive na prática de disciplinas optativas.
Golpe Militar – 1964	Acarretou no retrocesso do avanço de conquistas voltadas á educação brasileira.
Lei 5692/1971 – 1971	Tinha como pressuposto traçar as diretrizes para os níveis de primeiro e segundo grau.
Lei nº 7044/1982 – 1982	Almejava complementar a lei anterior, eliminando o caráter obrigatório que os cursos profissionalizantes possuíam.
Revolução Verde	Implicou no processo de modernização da agricultura a partir da ampliação do uso de tecnologias no campo.
Tancredo Neves e José Sarney – 1985	Presidentes civis eleitos marcam o fim do regime militar.
Constituição – 1988	Gera um novo debate junto a LDBEN e Constituições Estaduais
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996 – 1996	Marca o processo de mudanças efetivas no campo e garantia de direitos assegurados explicitamente no artigo 28 deste documento.
Programa Nacional de Educação na Reforma – PRONERA – 1998	Dá profundidade e visibilidade ao debate acerca da educação do campo, de modo que propicia movimentos reforçando os direitos conquistados, efetivando também mudanças no campo educacional.
Resolução nº 2 – 2008	Tem como objetivo estabelecer as diretrizes e princípios da Educação Básica do Campo, concretizando suas propostas em 9 artigos voltados para comunidades rurais.

Os movimentos sociais voltados para o campo foram e continuam sendo de importância determinante para o processo de avanço da educação. Inicialmente, estes movimentos estavam aliados a sindicatos e alguns setores da igreja católica que serviam como

base de apoio para que tais movimentos conseguissem de maneira efetiva alguma mudança para esta esfera.

Em meados de 1920 a 1930, a cobrança pela alfabetização passa a aumentar tendo considerado esta uma necessidade para que se mantenham as classes populares no mercado de trabalho, desta forma nos anos seguintes vão surgindo movimentos voltados para as pessoas que vivem nas áreas rurais, um deles é o chamado de Ruralismo Pedagógico, que apresentava propostas que considerava a realidade destas áreas, reconhecendo suas especificidades, induzindo de certa forma os alunos do campo a permanecerem na sua localidade ao invés de se deslocar para outra, ou seja, reconhece-se a necessidade de escolas rurais, específicas para esses alunos, além de capacitar os mesmos para o mercado de trabalho.

Prado (1995) traz essa discussão, com o objetivo de esclarecer a proposta do Ruralismo Pedagógico para educação diante de um cenário político, com interesses considerados capitalistas por nitidamente estarem mais voltados para economia e seu avanço.

O ruralismo pedagógico pode ser caracterizado como uma tendência de pensamento articulada por alguns intelectuais que, no período em questão, formularam idéias que já vinham sendo discutidas desde a década de vinte e que, resumidamente, consistiam na defesa de uma escola adaptada e sempre referida aos interesses e necessidades hegemônicas. Estes encontram-se diluídos entre o que se pôde perceber como interesses de caráter econômico das classes e grupos de capitalistas rurais ou como interesses de grupos, principalmente políticos interessados na questão urbana. Legitimando e reforçando ambas as posturas, encontram-se os intelectuais ligados à educação, estudiosos do papel da educação rural naquele momento e das características e opções que a escola deveria assumir, a fim de compartilhar o projeto abrangente do Estado Nacional. (PRADO, 1995. p. 6)

Na década de 1979 o debate por lutas de terras no Brasil ganha foco devido á organização de ocupações e instalação de acampamentos realizados por grupos que tinham o objetivo de demarcar e fixar território visando explorar a terra para fins agrícolas e a agropecuária. No entanto, apenas em 1984 é organizado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), voltado para a luta pela Reforma Agrária, conseguindo então, por meio deste movimento, já em 1985, espaço em um congresso podendo colocar em pauta a discussão a cerca da melhoria da educação no campo, indo além das questões fundiárias pré-colocadas. Conquistando em 1987 a setorial de educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.

Um dos traços fundamentais que vem desenhando a identidade desde movimento por uma educação do campo é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam seu direito a educação, e a uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais. (CALDART, 2002. p. 18)

Por existir uma série de interesses capitalistas diminuindo e afugentando as pessoas que residiam no campo e tiravam seu sustento dali também, em meio a Reforma Agrária e a proposta de divisão justa para aqueles que não tinham propriedades, sendo maioria militante e pertencente ao Movimento Rural Sem Terra (MST), as pessoas tomam consciência da necessidade de exigir seus direitos a uma educação de qualidade também, isso ocorre na década de 90, onde também a Reforma Agrária avança a pequenos passos, e o povo entende que a educação é o caminho para uma vida melhor e com perspectivas de avanços além das que conhecem e estão habituados. Aqueles que eram inferiorizados e tratados apenas como futura mão de obra barata passa a compreender a necessidade de conhecer as políticas públicas, compreender o que estas podem fazer em diversos cenários do campo, para além da educação, e exigir com propriedade que município e Estado cumpram com o seu dever.

Maioria dos trabalhos produzidos nesta área tem referências como o Movimento Sem Terra (MST), além de escolas indígenas e quilombolas, o que sem dúvidas merece ser considerado, no entanto não condiz com a realidade de toda região e não pode se generalizar a partir destes levantamentos já realizados.

Souza (2006) aborda a educação do campo e os princípios que levou a busca por direitos, além da construção de ideologias que permitiam ampliar a visão de mundo dos sujeitos envolvidos na luta tendo como objetivos alcançar direitos negados e o reconhecimento destes direitos em sua totalidade, sem limitações designadas de acordo com a região em que vivem, de modo que a educação passa a ser um meio pelo qual o povo poderia encontrar novas perspectivas.

A educação do campo nasceu dos pensamentos, desejos e interesses dos sujeitos do campo, que nas últimas décadas intensificaram suas lutas, espacializando-se e territorializando-se formando territórios concretos e imateriais, constituindo comunidades e políticas, determinando seus destinos na construção de suas ideologias, suas visões de mundo. (SOUZA, 2006, p. 16)

O termo “Educação do Campo”, no entanto, faz parte de um processo de luta e de conquista também, já que anteriormente a referência rural estava ligada a caracterização da população e da região. Santos (2017), em uma de suas publicações traz uma referência de Arroyo e Fernandes 1999 acerca dos movimentos sociais e o conceito de educação do campo.

“Arroyo e Fernandes (1999) na Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, enfatizaram que o termo “campo” é resultado de uma nomenclatura proclamada pelos movimentos sociais e deve ser adotada pelas instâncias governamentais e suas políticas públicas educacionais, mesmo quando ainda relutantemente pronunciada em alguns universos acadêmicos de estudos rurais. Historicamente percebemos que a criação do conceito de educação escolar no meio rural esteve vinculada à educação “no” campo, descontextualizada, elitista e oferecida para uma minoria da população brasileira. (...)” (SANTOS, p.212)

Quando qualificada como “Educação Rural”, este termo acabava sendo compreendido como uma referência peculiar e geográfica a um modelo educacional restrito e limitado. Logo mais, o termo “Educação no Campo” que abordava de maneira fora do contexto um modelo educacional e sua aplicabilidade, de modo que dá a entender que é um modelo aplicado em uma área específica, considerando que a área campense é tratada de maneira irrelevante quando comparada as áreas urbanas, mesmo tendo seus direitos a educação assegurados legalmente pela Constituição de 1988 e documentos como a LDBEN de 1996.

“A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 206, estabelece o princípio da igualdade das condições de acesso e permanência na escola para todos. Historicamente, essa não tem sido a realidade da população rural em nosso País. Temos altos índices de analfabetismo, baixos níveis de escolaridade, altas taxas de evasão, repetência e distorção idade-série. Sofremos ainda com a exclusão absoluta do acesso ao conhecimento científico, que se consolida nos cursos de nível superior de graduação e pós-graduação. Pela primeira razão, o governo federal investe no Pronera. No Brasil, os assentamentos correspondem a 56% da área que compreende o conjunto dos territórios camponeses, isso envolve 123 milhões de hectares1.” (p.13)

Pontuando de maneira mais esclarecedora, o que originalmente é colocado nos documentos legais, nesse caso o citado acima, a Constituição de 1988 no artigo 206:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade;

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Brasil 1988, Constituição Federal)

É interessante apontar que a proposta da Educação do Campo começa a ser analisada apenas na década de 90 para que possa então ser consolidada, isso só acontece por que lideranças comunitárias e de movimentos começam a indagar a questão da marginalização deste povo que tem acesso limitado a recursos aos quais também têm direitos, considerando que a inclusão destas comunidades está diretamente ligada ao capitalismo que prioriza investir basicamente no que pode gerar lucros rápidos e diretos, tratando a classe pertencente ao meio campense como possível mão de obra barata nos grandes pólos industriais futuramente.

“No âmbito cultural e educacional residem grandes desafios no que se refere à formação de sujeitos de direitos. Entre eles, o acesso aos meios pelos quais lhes permita conhecer os complexos processos de conhecimento, embutidos nos processos de produção econômica, política e cultural. Esses meios nos são dados num processo continuado de educação, que vai desde a família, passando pelo trabalho nos quais estes sujeitos estão envolvidos, e também pela escolarização.” (Fernandes, p.17)

As questões culturais imersas nas escolas do campo condizem também com a formação dos sujeitos sociais, quando se levanta a questão de direitos igualitários, não está restringindo isto apenas ao campo educacional, mas a uma totalidade de direitos que todos estes sujeitos têm. Cada comunidade campense naturalmente tem costumes, tradições, por vezes até crenças que não condizem com o planejamento feito e direcionado para escolas de área urbana, mas que insistentemente são repassados para estas escolas do campo, daí pode se

levantar pontos em que a realidade não é considerada por estas políticas públicas em vários quesitos, como a importância do acompanhamento da família, do despertar interesse nos alunos e auxiliar seu aprendizado integral por meio da valorização, do pertencimento e identificação de suas experiências de vida com os métodos de ensino trabalhados na escola.

Fernandes (2004) observa e enaltece a essência do campo, de modo que supera a idéia de limitação e referências voltadas apenas ao trabalho agrícola e agropecuário, enfatizando também os aspectos culturais e a necessidade de reconhecimento e valorização dos mesmos.

O campo é lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só o lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terras. O campo é espaço e território dos camponeses e dos quilombolas. É no campo que estão às florestas, onde vivem as diversas nações indígenas. Por tudo isso, o campo é lugar de vida e sobretudo de educação. (FERNANDES, 2004, p. 137)

Santos (2017) apresenta também idéias repletas de referências que enaltecem a questão da educação do campo e a importância de romper com a educação rural, contextualizando a compreensão do conceito com as lutas sociais que serviram para exigir dos líderes governamentais a criação e organização das políticas públicas voltadas para a população do campo, reconhecendo que há uma distinção entre campo e cidade, no entanto a construção e o planejamento de projetos políticos pedagógicos precisam estar voltados para a realidade de cada área, reconhecendo o campo como área de particularidades e matrizes culturais.

Romper com a educação rural é uma das prioridades da educação do campo. A mudança na compreensão desse conceito reflete muito mais do que uma simples nomenclatura. Ela é inevitavelmente o resultado de um olhar politicamente referendado na busca pelos direitos sociais e nas questões que envolvem a defesa da educação politécnica (CALDART, 2015), a agroecologia (ALTIERI, 2014), agricultura orgânica, reforma agrária, soberania alimentar, entre outros aspectos. Esses são fatores indispensáveis na concretização de projetos político-pedagógicos que busquem encarar a realidade e atender as necessidades das populações do campo. Ações que pressionam as lideranças governamentais na criação e organização de políticas públicas para/com os trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Fernandes & Molina, (2005) defendem o campo como espaço de particularidades e matrizes culturais. Esse campo é repleto de possibilidades políticas, formação crítica, resistência, mística, identidades, histórias e produção das condições de existência social. Cabe, portanto, à educação do campo, o papel de fomentar reflexões que acumulem forças e produção de saberes que contribuam para negar e desconstruir o imaginário coletivo acerca da visão hierárquica que há entre campo e cidade. Essas ações podem ajudar na superação da visão tradicional do

imaginário social do Jecatatu e do campo como espaço atrasado e pouco desenvolvido. (SANTOS 2017, p.212)

Os programas voltados á investimentos no campo educacional tem como objetivo contribuir igualmente para que haja a valorização dos profissionais na educação e assim avanços nos planejamentos, nos projetos, nas metodologias, no ensino e aprendizagem, além nos recursos presentes em cada instituição. Sendo assim, a população presente no campo também deve ser considerada nestes projetos, considerando que em comparativo com a área urbana é nítido que existe uma desigualdade que pode e deve ser superada.

Programas como o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) que vigorou de 1997 a 2006, mas foi nacionalmente implementado no dia 1º de janeiro de 1998, tendo como prioridade investir e sistematizar recursos voltados para o Ensino Fundamental e valorização do Magistério, chegando a investir e incentivar a formação continuada de professores considerados leigos por não terem uma formação adequada, já que anteriormente para lecionar em classes do 1º ao 5º ano era necessário ter apenas concluído o Ensino Médio na modalidade Normal e já era considerado habilitado para lecionar. No ano de 2007 a formação dos professores passa a ser uma exigência determinada pela LDBEN/1996 no art.62, no entanto, aqueles a nível médio formados na modalidade Normal permanecem aptos para os anos iniciais do Ensino Fundamental.

Abordar essa questão do FUNDEF aqui é apontar justamente as questões que evidenciam as comunidades campenses como inferiorizadas, com essa nova ementa na LDBEN/1996, surge uma preocupação acerca dos professores públicos que estavam em exercício da sua função, porém, não tinham a formação exigida, de tal maneira que estes professores foram direcionados e incentivados a uma formação continuada, no entanto, a maioria dos professores campenses permaneceram atuando de maneira irregular sem ampliar a sua formação, ou apenas foram substituídos por profissionais qualificados. Considerando então, que maioria das escolas do campo fornecem ensino apenas até o 5º ano do Ensino Fundamental, vale indagar a razão pela qual os professores destas escolas até recentemente tinham apenas o magistério e permaneciam lecionando, ou não tinha a formação específica para a área e mesmo assim exercia a função de docente, o que dá a entender que apesar da existência de programas como o FUNDEF e a ampliação da LDBEN/96, as políticas públicas

são falhas, o que qualifica a gestão municipal e escolar como incoerente ao que é determinado lealmente.

De acordo com o FUNDEF também acabava restringindo ou limitando os direitos a educação no sentido de estar voltado apenas ao Ensino Fundamental, o que podia ser entendido como um prazo de validação aos direitos voltados para a educação, nesse caso um período de 07 a 09 anos, da antiga 1ª série á 8ª série, uma vez que a educação deve ser compreendida como um direito básico e sem prazo de validade para a sua garantia.

Então o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) em vigor desde janeiro de 2007, surge para substituir o FUNDEF, buscando atender toda a educação básica, o que vai desde a creche até o ensino médio, garantindo assim que o direito á educação seja considerado em uma totalidade que se estende por toda a vida e assim, exista também uma redistribuição de recursos vinculados a educação.

Os alunos do campo precisam ser considerados por estes conselhos que analisam o número de alunos em cada escola e região para então ser feita a distribuição dos recursos de acordo com esse levantamento. É verídico que até hoje esse repasse ainda é feito de maneira irresponsável principalmente nas escolas do campo, de maneira que as necessidades não são consideradas, e alguns gestores acabam fazendo uso indevido deste recurso.

Voltando-se especificamente para o campo, existia o PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), criado em 16 de abril de 1998 pelo Ministério Extraordinário de Política Fundiária, sendo incorporado ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) no ano de 2001, e adaptado para garantir que a educação em todos os níveis passasse a ser reconhecida como um direito social no ano de 2004. Em 2010 foi firmado o decreto 7352/2010 para que consolidasse o programa de acordo com as normas presentes na Constituição para que assim fosse considerada a sua legalidade e regularização, garantindo cidadania plena e educação.

Para sua materialização e execução as parcerias junto a secretarias estaduais e municipais, entre outros órgãos que também auxiliavam para garantir que houvesse fundos suficientes para manutenção dos projetos se tornaram pertinentes, considerando que todo apoio financeiro era necessário para garantir a sua existência e êxito. Este projeto que tinha como foco principal a garantia da educação pública no meio campense, também viabilizou a

construção de diversos campus universitários, dentre estes os maiores campus federais responsáveis por uma educação a nível superior totalmente pública, estão localizados em regiões do campo, um exemplo é a Universidade Federal de Alagoas – Campus Sertão, localizada em Delmiro Gouveia – AL, às margens da AL-145, 3849, dispondo de um espaço aberto totalmente organizado de acordo com as políticas públicas educacionais, ofertando diversos cursos de graduação e bacharelado gratuitamente.

O PRONERA servia como apoio para as atividades educacionais desde a alfabetização até ao nível superior, tendo em vista a educação de maneira continuada, reconhecendo principalmente a população residente nas áreas de campo e suas necessidades. Tendo como objetivo envolver alunos campenses e reconhecer seus direitos a uma educação de qualidade o PRONERA toma iniciativa de investimentos em escolas e campus que possam viabilizar e garantir o acesso a uma educação de qualidade, desde a educação básica até o ensino superior, colocando a educação pública como de fato um direito social que deve ser considerado em sua totalidade e ofertado gratuitamente em qualquer fase da vida.

Sendo assim, esse projeto baseia-se na Reforma Agrária e seus movimentos, voltando-se diretamente para áreas campenses, também para as dificuldades relacionadas a oportunidades de acesso a uma educação de qualidade, uma vez que a base nacional traz a educação como um direito para todos, sem que haja distinção de localidade, seja área rural ou urbana. Porém, por reconhecer a distribuição injusta para a população campense, e as dificuldades de acesso para trabalhadores rurais e pessoas envolvidas em movimentos como o sem terra, houve um despertar para que tais áreas passassem a ser reconhecidas, garantindo assim de maneira clara o que já era previsto legalmente.

Por ter uma abordagem mais direta em relação à cobrança dos direitos e reconhecimento a educação específica destinada a pessoas residentes no campo, o PRONERA em sua trajetória conseguiu conquistar diversos avanços como a acessibilidade e a notoriedade dada aos assentados da Reforma Agrária e toda a população campense. Contudo, ocorre um retrocesso quando 14 meses após assumir o cargo de Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, anuncia modificação na estrutura organizacional do INCRA alterando também o seu regimento, de acordo com o Decreto 10.252/2020 que foi publicado no dia 20 de fevereiro de 2020, tendo como consequência a inviabilização de diversos projetos, incluindo o PRONERA, que acaba por afetar negativamente diversas famílias campenses, indígenas e quilombolas que foram beneficiadas por meio deste projeto.

Nesse sentido, a história da Educação do Campo, tende por vivenciar um novo capítulo que remete ao retrocesso, configurando o descaso já vivenciado anteriormente, de modo que mais uma vez o foco volta-se para beneficiar um grupo específico ligado a classe social e região em que se vive, inferiorizando a historicidade contida nos movimentos campenses, diminuindo as conquistas e mais uma vez os direitos garantidos de acordo com a atual Constituição, que ressalta a importância da cidadania plena e educação.

CAPITULO III

CARACTERIZAÇÃO POPULAR DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: MARCAS HISTÓRICAS EXPRESSAS PELA HISTÓRIA ORAL

A intencionalidade aqui expressa é retratar a realidade acerca da Educação do Campo por meio das histórias de vida e memórias na comunidade Campo do Urubu em Pariconha-AL, englobando os caminhos percorridos para se chegar ao ponto atual, sem marcas ou conceitos expressamente relacionados à classe social ou tipo algum de marginalização dos sujeitos pertencentes ao meio campense.

O uso do termo “Educação do Campo” já é algo que desponta como afirmação da legitimidade da educação nessas zonas anteriormente demarcadas como “rural”, comprovando que apesar de não ser uma área educacional priorizada e amparada como rege as leis e como as demais áreas educacionais situadas nos centros urbanos, ela também tem aspectos políticos, além de uma historicidade demarcada por movimentos que buscavam aprimorar a sua legitimação além da reafirmação dos direitos a educação.

Atualmente as políticas públicas contribuem mais para o desenvolvimento de qualidade da educação nas escolas campense, oferecendo um suporte que viabiliza a expansão dos recursos e da qualidade do ensino, a partir disto, este trabalho busca apresentar e discutir brevemente aspectos considerados retrógrados vivenciados anteriormente nas mesmas comunidades, fazendo uma linha do tempo de modo que a história de vida de sujeitos pertencentes a estas comunidades e que fizeram parte de turmas pioneiras e assim sucessivamente, possam contribuir através de seus relatos para o aprimoramento da teoria baseada na realidade dos fatos vivenciados nestas escolas.

Reconhecendo ainda, o fato de encontrar pouco material teórico que esteja ligado à realidade vivenciada em regiões específicas dos estados no Nordeste, o que acaba também caracterizando a Educação do Campo vinculada apenas a movimentos da Reforma Agrária, como o MST (Movimento Sem Terra), quando na verdade não está restrita apenas a isso, reconhecendo assim que existem diferentes realidades, em diversas regiões, estados e municípios. No entanto, este trabalho pretende despertar no leitor a ampliação de suas perspectivas acerca da Educação do Campo, mostrando que há variações históricas, políticas e metodológicas.

Um dos objetivos aqui é legitimar a luta e o real valor da superação dos desafios encontrados ao longo da jornada educacional, trazendo a historicidade do tempo passado, no qual sujeitos como meus avós, por exemplo, foram alunos de uma escola campense, abordando as peculiaridades existentes naquela época da maneira mais verídica possível, além de co-relacionar o modo de ensino com as políticas vigentes na época, dando continuidade com a evolução que aconteceu ao longo do tempo, até chegar aos caminhos percorridos atualmente, quais as dificuldades ainda encontradas, o que diverge e o que é praticado de fato de acordo com o que está determinado nas leis vigentes, o que pode desde já ser caracterizado como uma grande conquista, trazendo ainda todas essas conotações para o meio acadêmico como uma possibilidade que hoje existe, mas anteriormente era mero sonho para aqueles que tinham o desejo de estudar, ter uma profissão, uma formação acadêmica, mas eram desestimulados por enxergar este passo como algo fora da sua realidade, ou impossível de se concretizar.

Por ser algo vivenciado pessoalmente, busco desenvolver este trabalho como um diálogo entre gerações, reafirmar aqui os valores que fui descobrindo ao longo da minha caminhada estudantil desde a escola do campo, até chegar à universidade, colocando também o que foi sendo aprimorado ao longo desta jornada e assim também ampliando as minhas perspectivas enquanto discente e futura docente, reconhecendo e demarcando as dificuldades e limitações enfrentadas todo esse tempo além de apontar características que possibilitaram os avanços educacionais e oportunidades para quem buscava uma educação continuada.

Sendo assim, este trabalho irá dar voz a personagens da vida real, que são a história viva de uma educação não documentada em alguns casos, mas que conseguiu sobreviver, sendo esta uma verdade que traz mais veracidade a história de uma comunidade, e todos os avanços e conquistas que vieram seguidamente. O início pode não ter sido um modelo perfeito, se comparado com a pedagogia, as metodologias e os materiais disponíveis atualmente, contudo, foi graças a esse início que a educação pode evoluir, pois foi este o ponto de partida, e foi graças a ele também que diversas crianças e jovens tiveram a oportunidade de aprender a ler e escrever, independente dos métodos, independente da educação continuada que tiveram oportunidade após isto.

Tendo essa perspectiva como norteadora, a história contada por sujeitos que vivenciaram cada etapa evolutiva da educação nestas localidades será base para produção deste trabalho que tem como objetivo principal evidenciar as lutas e conquistas, trazendo

veracidade a este âmbito ainda pouco explorado, dando também papel principal e voz para que a história destes sujeitos seja conhecida por mais pessoas, já que em localidades como estas os mais velhos ainda costumam contar para os filhos e netos a dura realidade que enfrentou quando jovem. Sendo assim, demarcarei a importância destas histórias contadas além dos valores imprimidos ao longo do tempo.

Comumente a educação do campo é caracterizada por escolas pequenas que estão situadas em áreas rurais e de difícil acesso, com estrutura em condições precárias onde as salas de aula seguem multisseriadas agregando grande número de alunos para um único professor que não é qualificado ou não tem uma formação adequada para exercer tal função.

Anteriormente, a educação era caracterizada de maneira ainda mais inferiorizada e sem importância, pois às escolas como conhecemos hoje se quer existiam, geralmente as aulas aconteciam em casas cedidas por moradores da comunidade com o mero intuito de alfabetizar, já que em determinada época, o que hoje podemos chamar de letramento era tido como algo de grande necessidade e importância, mas que não agregava valores capazes de promover grandes mudanças levando em conta a realidade que a comunidade aqui abordada vivenciada, o que faz parte da caracterização desta educação direcionada ao meio rural, melhor dizendo, uma educação direcionada para pessoas que trabalhavam no campo, tiravam seu sustento da roça e viviam apenas deste trabalho, o que dificultava muito a frequência com que iam até a escola por ter que lidar com a terra e as criações de animais em determinadas épocas do ano. Essas ausências reforçavam a idéia de que a educação fornecida era fraca e que não seria capaz de ajudar os sujeitos a progredir.

Com o progresso das políticas públicas, a educação fornecida foi se fortalecendo de maneira assegurada e com isso foi promovendo avanços na vida de algumas crianças e jovens que tinham a oportunidade de frequentar a escola já que os pais muitas vezes se tornavam barreira para que os filhos dessem continuidade aos estudos, alegando que o trabalho braçal com a terra e o cuidado com as criações de animais eram prioridade, pois naquele momento era o que sustentava toda a família. Aqueles que conseguiam dar continuidade eram encaminhados para escolas na cidade, porém, para se chegar até a escola existia outra dificuldade, considerando a longa distancia de percurso na maioria dos casos, além das condições para compra de materiais didáticos e uniformes.

Pode-se dizer que o modelo educacional antigo ainda é comumente marcado e lembrado por algumas características significativas para quem vivenciou essa fase da

educação, mas também para aquele que ouviu os relatos contados por seus pais e avós, que apontavam as seguintes peculiaridades:

- Casas cedidas para funcionar como escolas;
- Professores sem formação adequada;
- Uso de cartilhas;
- Castigos severos;
- Falta de recursos para materiais didáticos;
- Inexistência da merenda escolar;

Diversas situações passadas, e atuais também, corroboram para um modelo educacional conformado, no qual os principais interessados não têm consciência de seus direitos e acaba não buscando o exercício dos mesmos, então aceitam o que é posto como se o município estivesse fazendo um favor para eles, de modo que por diversas vezes há a percepção de que algo está errado ou não cumpre com a legalidade, inquietando a comunidade em geral, mas existe um estigma no sentido de cobrar que seja cumprido conforme a lei garante por medo de perder o pouco de recurso que se recebe.

CAPITULO IV

**ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA SÃO CRISTOVÃO – HISTÓRIAS
E LEMBANÇAS**

De acordo com relatos de moradores que vivenciaram todo o processo de construção e inauguração desta escola, ela foi construída como forma de suprir uma grande necessidade do povoado já que as escolas funcionavam de maneira improvisada em casas e essa construção era uma cobrança constante.

A primeira professora da época em que a escola foi inaugurada, Valdenice Dantas de Oliveira, atualmente com 67 anos de idade, descreve suas memórias de como foi todo o processo e como ela participou de maneira ativa. Em sua narrativa ela transborda a emoção de ter trabalhado com a educação de crianças, e de como ela lutou para conseguir que a escola finalmente se tornasse uma realidade capaz de beneficiar toda a comunidade por proporcionar um ambiente adequado com maior espaço e conforto.

A conversa com ela aconteceu por telefone, nesta conversa ela relatou a história que viveu durante este período que lecionou, através de áudios, onde relata toda essa história e serve como fonte para anotações que serão aqui colocadas. Saliento que este método de contato foi utilizado devido o momento atual no qual acontece uma pandemia e o contato social está limitado. A princípio ela fala como foi o início do seu trabalho, antes mesmo que existisse a escola que se tem hoje:

“Eu comecei a trabalhar em um dia 1º de abril, eu até achei que era mentira, vieram me buscar no Campo do Urubu pra assinar o contrato, não me recordo o ano, fui pra Água Branca assinei o contrato e continuei trabalhando, mas primeiro eu trabalhava na minha casa, tinha o salão e eu dividia pra escola. Aí depois de uns dois anos e pouco eu sempre cobrando, sempre cobrando a Roberto Torres que era o prefeito, então ele mandou seu Nezinho vim marcar o alicerce pra fazer grupo. Como nessa época não tinha homem pra trabalhar por que tinham viajado para o Sul, eu empeleitei com seu Nezinho, Antônio de Anória que fez a empeleita pra pagar tanto, então trabalhou eu, meu filho e meu sobrinho e com 15 dias entregamos o alicerce cavado...” (Entrevista com Valdenice Dantas de Oliveira, Pariconha – Alagoas 28/01/2021)

Algo marcantes na sua fala são o real interesse e a força de vontade para materializar algo que ela almejava tanto, justamente por conhecer a realidade educacional do povoado e a necessidade de ampliar tanto o espaço quanto os recursos. Nessa época relatada, Pariconha

ainda não era emancipada como cidade, então era como um povoado e pertencia a Água Branca, por isso na sua fala, Valdenice faz referência ao prefeito de Água Branca naquela época.

Segue uma foto da casa que ela cita como sua residência na época e local utilizado para dar aulas inicialmente:



Foto: Alane Kaline Queiroz Silva, Janeiro 2021

Valdenice relata também as dificuldades que enfrentou inicialmente, logo após a inauguração da escola, sendo que ela era a única funcionária e responsável por tudo, desde as aulas aos cuidados com a limpeza entre outros trabalhos que eram necessários como ela relata:

“Eu era responsável por tudo, dava aula, fazia merenda e também cuidava da limpeza, mas não recebia nenhum incentivo como zeladora, recebia só o salário de professora... então eu falei com o prefeito e ele colocou Dene (Aldenice) como serviçal de lá, com isso também foi chegando carteira, foi ficando tudo mais organizado, e eu dava aula da primeira a terceira série, todos alunos em uma sala

só, o que era um sofrimento, pois tinha alguns mais adiantados, outros com mais dificuldade na coordenação motora, era um sufoco, mas deu tudo certo. Então após 9 anos e 6 meses trabalhando lá eu falei com o prefeito da época que era Wilson Torres, e acabei saindo de lá e me mudando pra Delmiro...” (Entrevista com Valdenice Dantas de Oliveira, Pariconha – Alagoas 28/01/2021)

De acordo com o relato de muitos moradores do povoado, todos têm conhecimento de que o terreno onde a escola foi construída foi cedido por um morador do povoado, Antônio Bezerra da Silva, conhecido como Antônio de Anória, já falecido em 2013 aos 76 anos, mas que permanece uma figura muito querida e presente na história do povoado. Ele cedeu o terreno e a partir disso a prefeitura assumiu os custos para construir.

Aldenice Dantas da Silva, hoje com 71 anos de idade é a viúva de Antônio, e trabalhou por muitos anos como Auxiliar de serviços gerais e descreve como era a escola nesse período, uma conversa gravada é a fonte para os relatos onde ela descreve as situações que testemunhou e as experiências que teve por falta de recursos básicos na escola em questão:

“Na época que construíram era só uma sala de aula, a cozinha e o banheiro, tudo muito difícil, eu carregava água da casa de Oliveira pra aluno beber, e fazia merenda levando as coisas de casa, meus temperos, caldeirão, por que nem panela a escola tinha... depois de muito tempo que Antônio e Deildo construíram o muro e aquela caixa d’água...” (Entrevista com Aldenice Dantas da Silva, Povoado Campo do Urubu, Pariconha – Alagoas, 28/01/2021)

Nessa fala é notória a dificuldade que existia por não ter acessibilidade a recursos básicos como a água encanada e a merenda escolar da maneira que se tem nos dias de hoje, o processo de melhorias foi acontecendo aos poucos, inclusive com a ajuda da própria comunidade, já que naquela época havia um grande número de alunos e os pais já reconheciam a importância de manter os filhos freqüentes na escola.

De acordo com a Constituição Estadual de Alagoas, no artigo 41, inciso III, Pariconha é oficialmente desmembrada de Água Branca, no dia 05 de outubro de 1989 pelo que consta o documento e passa a ser então um município, mas sua emancipação só é realizada em 07 de abril de 1992, oficializando o que já havia sido promulgado.

Art. 41. Ficam criados os Municípios de:

I – Jequiá da Praia, a ser desmembrado dos Municípios de São Miguel dos Campos e Coruripe;

II – Campestre, desmembrado de Jundiá;

III – Pariconha, desmembrado do Município de Água Branca;

IV – Paripueira, desmembrado do Município de Barra de Santo Antonio;

V – Estrela de Alagoas, desmembrado dos Municípios de Palmeira dos Índios, Minador do Negrão e Cacimbinhas. (Constituição Estadual de Alagoas, 1989, p. 238-239)

Logo após a emancipação, Pariconha passou a se organizar de acordo com as normas políticas municipais, tendo o Senhor Zé Correia, como é popularmente conhecido, como o primeiro prefeito por indicação da Assembléia Legislativa quando ele ainda era presidente do comitê pró-emancipação, e logo após Paulo Andrade foi oficialmente eleito pelo voto popular como Prefeito.

A partir disto diversas medidas passam a ser tomadas, tendo em vista obter avanços para o município da melhor maneira possível, apesar de inicialmente ter poucos recursos tinha-se o fundamental que era o desejo e a força de vontade de ir adiante apesar de todo o percurso dificultoso de luta para se chegar a tão sonhada emancipação.

Voltando-se para a questão escolar novamente é importante colocar aqui que a ausência de documentos que comprovem a educação formal nesta época dificulta a precisão de informar dados relacionados a datas principalmente. Inicialmente a educação no Povoado Campo do Urubu era responsabilidade de Água Branca, contudo, não foi possível ter acesso a nenhum documento físico que possa comprovar como de fato acontecia desde a organização das matriculas ao planejamento das aulas.

Segundo Valdenice, ela afirma que o nome da escola foi escolhido desde a época que a mesma ainda pertencia a Água Branca, no entanto, quando Pariconha finalmente assumiu a responsabilidade e a manutenção das escolas, algumas medidas foram tomadas, dentre elas a escolha e o registro do nome das escolas do município, estando a Escola Municipal São Cristovão nesta lista, como mostra o documento de 1994 encontrado no site da prefeitura:



ESTADO DE ALAGOAS

Prefeitura Municipal de Pariconha

C. G. C. 35,534 435,0001-72

Rua do Comércio, S/N - Centro

LEI Nº 14/94

DE 02 DE SETEMBRO DE 1994.
DISPÕE SOBRE AS DENOMINAÇÕES DAS
ESCOLAS MUNICIPAIS, LOCALIZADAS
NA ZONA URBANA E RURAL DO MUNICÍ-
PIO DE PARICONHA, E DÁ PROVIDÊN-
CIAS CORRELATAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARICONHA,

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e EU sanciono a
seguinte Lei:

Art. 1º - As Escolas Municipais, localizadas na Zona Urbana
e Zona Rural deste Município, que foram construídas em gestões anteri-
ores, e que apesar de estarem funcionando há bastante tempo, ainda
não tiveram seus nomes oficializados, ficam denominadas conforme rela-
ção anexa a esta Lei.

Art. 2º - Esta Lei, entrará em vigor na data de sua publica-
ção, revogadas as demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARICONHA, EM 02 DE SETEMBRO DE 1994.

PAULO EDMILSON DE ANDRADE SILVA
PREFEITO

PUBLICADA NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARICONHA, AOS 02 (DOIS) DIAS DO MÊS DE SETEM-
BRO DO ANO DE 1994 (UM MIL NOVECENTOS E NOVENTA E QUATRO).

MIGUEL VIEIRA DA SILVA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
E FINANÇAS



ESTADO DE ALAGOAS

Prefeitura Municipal de Pariconha

C. G. C. 35,834 435/0001-72

Rua do Comércio, 3/N — Centro

RELAÇÃO ANEXA À LEI Nº 14, DE 02-09-1994.

ZONA URBANA:

ESCOLA MUNICIPAL PADRE EPIFÂNIO MOURA - Rua Francisco Souza s/n nesta.

ZONA RURAL:

ESCOLA MUNICIPAL SANTA CRUZ - Sítio Corredores;
 ESCOLA MUNICIPAL D. PEDRO II - Povoado Tanque;
 ESCOLA MUNICIPAL PAULO VI - Sítio Luciano;
 ESCOLA MUNICIPAL SÃO CRISTOVÃO - Sítio Campo do Urubu;
 ESCOLA MUNICIPAL SÃO PEDRO - Sítio Caldeirão;
 ESCOLA MUNICIPAL SABINO ROMARIZ - Povoado Campinhos;
 ESCOLA MUNICIPAL IUIZ SANDES - Povoado Maria Bode;
 ESCOLA MUNICIPAL SANTA HELENA - Povoado Verdão;
 ESCOLA MUNICIPAL EUCLIDES DA CUNHA - Sítio Serra do Engenho;
 ESCOLA MUNICIPAL SANTA ISABEL - Sítio Vieira do Moxoté;
 ESCOLA MUNICIPAL ÁLVARO PAES - Povoado Caraibeiras dos Teodósios;
 ESCOLA MUNICIPAL cõnego nicodemos - Povoado Marcação;
 ESCOLA MUNICIPAL BANHOSSA SENHORA DO ROSÁRIO - Sítio Serra da Jurema;
 ESCOLA MUNICIPAL SETE DE SETEMBRO - Povoado Capim;
 ESCOLA MUNICIPAL PADRE EPIFÂNIO MOURA - Povoado Curicuri;
 ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ QUINTINO DA SILVA - Povoado Curicuri.

.....

Trazendo para a atualidade, de acordo com o último censo registrado em 2019 a **Escola Municipal de Educação Básica São Cristovão**, situada no Sítio Campo do Urubu, Zona Rural de Pariconha- AL dispõe os seguintes dados assim classificados:

<p>INFRAESTRUTURA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Alimentação para alunos; • Água filtrada; • Água de rede pública; • Energia de rede pública; • Fossa; • Lixo destinado à coleta periódica. <p>INSTALAÇÃO DE ENSINO</p> <ul style="list-style-type: none"> • 01 sala de aula; • Sala de professores; • Pátio descoberto; • Banheiro • Cozinha.
<p>EQUIPAMENTOS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • TV; • DVD; • Aparelho de som.

TURMAS	<ul style="list-style-type: none"> • Educ. Infantil – Pré-escola <ul style="list-style-type: none"> □ Aulas no período da manhã; □ Número de turmas: 01/ Média de alunos por turma: 06; • Ensino Fundamental de 09 anos – Multisseriado <ul style="list-style-type: none"> □ Aulas no período da manhã □ Número de turmas: 01/ Média de alunos por turma: 15; □ Artes (Educação Artística, Teatro, Dança, Música, Artes Plásticas e outras); □ Ensino Religioso; □ Educação Física.
--------	--

Fonte: <https://www.escol.as/103685-escola-municipal-educacao-basica-sao-cristovao> acesso em janeiro de 2021.

No entanto, bem diferente do que este censo indica, atualmente a escola encontra-se em reforma, justamente com o intuito de expandir sua área de extensão para oferecer maior conforto no ambiente, além de viabilizar a implantação de novos recursos que possam contribuir diretamente para o bem estar dos alunos e dos profissionais que fazem parte da rotina da instituição em questão.

Nenhuma foto de como a escola era anteriormente foi encontrada, nem em arquivos guardados pela direção ou professores, nem nas plataformas online da prefeitura e outras fontes que poderiam contribuir. Segue a foto da fachada atual, as demais fotos das instalações internas serão anexadas ao final.



Foto: Alane Kaline Queiroz Silva, Janeiro 2021

Nessa reforma, basicamente toda a estrutura sofreu alterações, menos o muro. Anteriormente a fachada tinha um portão de ferro largo vazado, havia também uma pequena área, apenas uma sala de aula, dois banheiros, uma cozinha, uma pequena sala com banheiro, que aparentemente era destinada aos professores, mas servia como uma espécie de almoxarifado para guardar os materiais didáticos existentes. Na parte externa, havia uma caixa d'água antiga do lado esquerdo da escola, separada apenas por um estreito corredor, além de árvores frutíferas como cajueiro, limão, laranja e acerola, no entanto, tudo foi removido para expandir a área e aumentar a estrutura durante essa reforma.

Sendo assim, de acordo com o que já foi feito durante a reforma, ao final a escola poderá contar com duas salas de aula amplas, forradas e devidamente climatizadas, além dos dois banheiros para uso comum dos alunos, uma cozinha com dispensa, e sala dos professores com banheiro. Na parte externa ficou o pé de mangueira, que por sinal faz parte da história da escola e a cisterna (reservatório d'água) que substitui a antiga caixa d'água que segundo os moradores trazia riscos diversos aos alunos e funcionários por apresentar uma estrutura antiga, com uma laje que diversos alunos costumavam subir durante o intervalo das aulas, correndo o risco de desabar a qualquer momento.

Apesar dessa mudança na estrutura, a desigualdade nas escolas campenses ainda é algo muito evidente quando comparadas a escolas situadas na cidade e mantidas pelo mesmo município, no entanto, é interessante esclarecer que a escola do campo aqui tratada, atualmente oferta o Ensino Fundamental I, ou seja, atende do 1º ao 5º ano. Atualmente, seu horário de funcionamento é apenas o matutino, devido o pequeno número de alunos em sala de aula, contribuindo para a permanência de turmas multisseriadas, já que não há alunos suficientes para formar turmas conforme faixa etária e etapas de ensino.

4.1: Vozes da Comunidade: relatos de experiências e perspectivas

Para trazer profundidade ao tema aqui trabalhado, foram elaboradas algumas questões-chaves para professores da época anterior a instituição até se chegar ao atual educador em exercício, da mesma forma com os funcionários e alunos, tendo como objetivo traçar uma linha temporal na qual seja possível identificar os avanços ocorridos ao longo do tempo, podendo também fazer um breve comparativo dialogando tempo e lugar de cada realidade narrada.

É interessante ressaltar desde já, que apesar da existência de um questionário com perguntas-chaves, a metodologia aqui tratada permite expandir a aplicabilidade, sem limitar apenas ao que estava colocado no questionário, de tal modo que por motivos atuais, no caso a pandemia do COVID-19, há restrições de contato social, o que favoreceu uma pesquisa através de conversas online e ligações convencionais de telefone, já que o principal objetivo é a obtenção de relatos que comprovem a diversidade educacional vivenciada em uma localidade específica em épocas diferentes.

A princípio, conversei com uma senhora de 80 anos que estudou na década de 40, Maria de Lourdes da Silva descreve como era a realidade vivenciada nesta época ressaltando as dificuldades encontradas para chegar até a escola e manter-se também com uma boa frequência, já que havia uma realidade familiar que não permitia a conclusão de um ano escolar completo.

Ao longo da conversa fui realizando anotações descrevendo o que ela me relatava:

“Iniciou os estudos em 1947, quando tinha 8 anos de idade, segundo a mesma estudou até os 15 anos de idade conseguindo chegar até o 4º ano de ensino que era o último ano que se tinha nas escolas consideradas públicas, apesar de todas as dificuldades que tinha para se chegar até a escola, além da necessidade de ajudar a família em trabalhos agrícolas, o que acarretava constantemente na evasão de diversos alunos que dependiam do trabalho com plantações para se sustentar. De acordo com este relato, nesta época o local que servia como escola era na verdade uma fazenda com uma espécie de garagem, onde atendia em média 45 alunos por dia, com turma única, e tinha como principal objetivo alfabetizar estes alunos, já que nesta época a professora não tinha formação e o próprio município não oferecia apoio nenhum, nem oportunidades para que estes jovens pudessem ampliar a sua formação ao menos na educação básica que atualmente compreende o ensino fundamental e o ensino médio.” (Entrevista com Maria de Lourdes da Silva, Povoado Campo do Urubu, Pariconha- Alagoas, Janeiro de 2021)

Desse modo, organizamos e respondemos o questionário que será anexado ao final, mas impressionantemente as informações mais significativas são aquelas que fogem do contexto proposto, que envolvem as memórias afetivas como em uma fala que ela descreve a seguinte situação:

“Nessa época meus irmãos e eu não tínhamos nem roupas boas para vestir, não tínhamos condição pra muita coisa na verdade, mas tinha uma felicidade em chegar até a escola e encontrar outras crianças, na verdade tinha alguns mais crescidos já, mas pra todo mundo o melhor de ir pra lá apesar do sol quente e da caminhada que era cansativa, a alegria mesmo era que tínhamos uma folga, por que se não estávamos na roça sempre tinha outro trabalho pra fazer em casa, e além de aprender alguma coisa na escola a gente também tinha um tempo pra descansar e pra brincar, principalmente no caminho.” (Entrevista com Maria de Lourdes da Silva, Povoado Campo do Urubu, Pariconha- Alagoas, Janeiro de 2021)

Sabe-se que a realidade no campo sempre foi demarcada pela presença de famílias humildes que sobreviviam do trabalho na roça, de plantações e cultivos diversos, além das criações de animais, o que contribuía constantemente para a evasão escolar desde essa época

supracitada, pois as crianças sempre acabavam ajudando no trabalho, o que era considerado comum naquela época.

De acordo com passar do tempo as coisas foram melhorando, porém as dificuldades permaneciam presentes, mas de diferentes maneiras. Foram elaboradas questões com a proposta de trazer justamente um comparativo cronológico, de modo que seja possível idealizar e perceber as dificuldades e os avanços através das narrativas de sujeitos que carregam em sua história pessoal, diferentes experiências. Cinco (5) alunos e três (3) professores de diferentes épocas, responderam aos questionários, as perguntas são simples, pois a intenção é justamente acessar a memória e trazer novos significados por meio de suas falas.

Remetendo-se ao espaço onde as aulas aconteciam na década de 40, como relatado por Maria de Lourdes, avançamos já para a década de 80 onde as escolas ainda funcionavam no improvisado, em casas cedidas por moradores ou na residência da própria professora, como no caso de Valdenice. No relato de Geane Oliveira, uma aluna da época, que estudou seus anos iniciais com Valdenice, ela descreve como era a escola naquela época:

“-Quando iniciei a estudar era na sala de uma casa, pois nessa época ainda não tinha colégio onde moro. Era cerca de 10 alunos na sala, e o horário era de 8:00 horas da manhã até 12:00 da tarde.”

“-A professora era uma tia minha, e ela era bem rígida.”

“-Naquela época tudo era bem difícil, a gente ia pra escola a pé, pois não tinha transporte, a professora era bem rigorosa pra ir ao banheiro só ia um por vez, tinha até uma pedrinha que ficava em cima da mesa da professora, pra sair tinha que pegar, pra não sair dois ao mesmo tempo. Era uma sala única para todas as séries, na hora do intervalo era muito divertido, brincávamos de queimada, pular corda, amarelinha, entre outras brincadeiras da época, era tudo bem diferente das escolas atuais.” (Entrevista com Geane Oliveira, Povoado Campo do Urubu, Pariconha- Alagoas, 28/01/2021)

Nesse trecho, a entrevistada fala como era a escola inicialmente, em seguida aponta algumas dificuldades que enfrentou mesmo após passar para a escola que foi construída na comunidade. Algo interessante em sua fala é o método de organização e disciplina utilizado pela professora para conseguir ter o controle do número de alunos que podiam ir ao banheiro durante a aula, tendo como objetivo mantê-los atentos na aula com o mínimo de interferências. A referência as brincadeiras também é algo marcante, considerando que nos dias atuais pouco se vê as crianças brincando em grupo e ao ar livre.

A mesma aluna conta que iniciou os estudos em 1985, quando tinha 07 (sete) anos, na época só estudavam até a quarta série, pois não tinha transporte para que pudessem ir até as escolas urbanas que forneciam a segunda etapa do Ensino Fundamental o que fez com que a sua transição para outra escola fosse tardia, ela também aponta as mudanças que percebe ao comparar os avanços e as oportunidades para estudar atualmente em relação ao que se tinha na época em que iniciou os estudos, as condições eram bem diferentes e as opções eram poucas.

“-Foi depois de muito tempo, pois na época não tinha transporte e a gente estudava só até a quarta série”.

“-Sim ,mudou bastante, atualmente têm transporte, lanche, livros de boa qualidade, além de professores qualificados.”

“-As perspectivas atualmente são bem maiores do que se tinha antigamente, além do ENEM, que se tirar uma pontuação boa dá pra ingressar em uma faculdade pública, pode também conseguir financiamento através do FIES nas faculdades privadas.” (Entrevista com Geane Oliveira, Povoado Campo do Urubu, Pariconha- Alagoas, 28/01/2021)

Apesar de não ter conseguido concluir o Ensino médio por falta de oportunidade e dificuldades constantes de acesso, hoje ela compreende a importância ter desde o início um professor devidamente qualificado para exercer seu trabalho, de modo que possa garantir uma educação de qualidade, reconhecendo e auxiliando os alunos em suas dificuldades de desenvolvimento, para que assim possa se concluir as principais etapas da educação básica.

Partindo já para a década de 90, no ano de 1998 a professora Elizabete Ramalho da Silva, iniciou a trabalhar na Escola São Cristovão, segundo ela, conseguiu a vaga por meio de um concurso público, tendo apenas o Ensino Médio completo. Em uma breve conversa, ela narra algumas das dificuldades que enfrentou na tentativa de exercer um bom trabalho que garantisse o desenvolvimento e aprendizado dos seus alunos com os recursos que tinha acesso naquela época.

“Na época em que prestei serviços a escola era precária aonde não tinha recursos para se dar uma aula de qualidade, onde se trabalhava basicamente com o quadro negro e giz, eram muitas dificuldades em relação ao espaço da sala de aula, a falta de água, e também a falta de materiais didáticos para trabalhar. As memórias são de 22 anos atrás, mas permanecem, memórias essas que ainda são uma realidade com salas multisseriadas onde se dá aula para cerca de 4 séries por falta de alunos suficientes para preencher turmas de acordo com a série.” (Entrevista com Elizabete Ramalho da Silva, Povoado Várzea do Pico, Água Branca- Alagoas 24-01-2021)

A questão das turmas multisseriadas ainda é uma realidade, pois assim como ela descreve na sua época a ausência de alunos para preencher turmas de acordo com o nível de ensino, isso continua acontecendo nos dias atuais, pois o número de crianças matriculadas segue diminuindo o que coloca em risco a permanência do funcionamento da escola, já que é exigido um número mínimo de alunos nestas escolas situadas em povoados para que elas permaneçam abertas.

No ano de 2000, após a saída da professora Elizabete, Rosilânia Correia Noia Campos assume o cargo na escola em questão após passar no concurso público, tinha o magistério concluído nesta época o que a tornava apta para lecionar para crianças nos anos iniciais. A mesma narra que residia na cidade de Pariconha e fazia o percurso diariamente de moto até o povoado, o que pra ela era uma dificuldade, pois as estradas de acesso eram de barro e em época de chuva a dificuldade de acesso aumentava. Ela também fala sobre a escola e as instalações, além da escassez de materiais para trabalhar.

“-A escola tinha apenas uma sala de aula, um banheiro e uma cozinha, todos os espaços precários e tamanhos pequenos. Eu como professora e Dona Dene para serviços gerais.

Apesar de ser uma comunidade pequena, ali encontrei dentro da sala de aula uma diversidade complexa que não contribuía para melhores condições no desenvolvimento da aprendizagem, desde a falta de estrutura familiar ao analfabetismo predominante das famílias que conseqüentemente não contribuía para o acompanhamento dos alunos em casa.

Sendo a sala multisseriada, as dificuldades para o avanço da aprendizagem acentuavam-se. Naquele ano houve o Projeto Aceleração que foi muito importante para minha formação, sua dinâmica de ensino lúdico contribuiu para o meu aprimoramento e melhores resultados no ensino aprendizagem da turma.

Eu não gostava do deslocamento até a escola, pois ia de moto. Na época ainda não havia asfalto, então na época de seca era poeira e na época de chuva muita lama.”(Entrevista com Rosilânia Correia Noia Campos, Pariconha- Alagoas 24-01-2021)

A questão abordada por ela sobre o acompanhamento familiar é algo que de fato é uma necessidade até então, além de ser uma grande dificuldade também, sendo interessante ressaltar que maioria dos pais da comunidade não deram continuidade aos estudos, alguns ainda cursaram até a quarta série, outros aprenderam apenas a ler e escrever e outros apenas a fazer o próprio nome, alguns saíram cedo da escola por diversos motivos, desde a necessidade de trabalhar para ajudar no sustento da família, como também pela falta de estímulo e incentivo, já que era uma única professora e as turmas eram multisseriadas, contribuindo para um número significativo de alunos, o que impossibilitava a atenção adequada da professora

para cada aluno que apresentava dificuldades de aprendizagem, sendo assim, poucos destes conseguiram concluir a segunda etapa do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

O acompanhamento familiar então passa a ser um desafio, onde os pais têm dificuldades em ajudar os filhos nas tarefas escolares, e também acabam participando pouco da rotina na escola, o que poderia contribuir positivamente para o aprimoramento dos métodos do professor, além de auxiliar no desenvolvimento dos alunos. É importante que exista uma relação família e escola, escola e família, pois assim existe um diálogo e uma garantia de suprir dificuldades de aprendizado, além de outros fatores que corroboram para o desenvolvimento integral de crianças em cada fase educacional.

A atual professora da Escola Municipal São Cristovão, Eliane de Souza Dias, contribuiu com suas memórias, lembrando que em 1998 também passou no concurso público e iniciou a lecionar, pois era habilitada para o trabalho já que tinha o magistério na sua formação. Ela respondeu brevemente algumas perguntas, e foi objetiva ao falar sobre as dificuldades da escola na época que iniciou a trabalhar na mesma:

“Logo que iniciei meu trabalho nessa escola, a mesma apresentava muitas dificuldades. Sala muito pequena, difícil acesso e recursos didáticos escassos, porém havia um maior número de alunos matriculados.” (Entrevista com Eliane de Souza Dias, Povoado Campo do Urubu, Pariconha- Alagoas 24/01/2021)

Em resposta ao questionário elaborado para esta pesquisa a aluna Gilmar de Queiroz conta que iniciou seus estudos na Escola Municipal São Cristovão no ano de 1999, quando tinha 08 (oito) anos de idade. Recorda-se que fazia o trajeto até a escola a pé, pois não tinha transporte nesta época e apesar de ser no povoado vizinho a distância era significativa, considerando que após a aula ela e o irmão retornavam no sol ou na chuva dependendo a época do ano.

A seguir, a primeira fala diz respeito à descrição da estrutura da escola, além do horário de funcionamento e número de alunos na sala de aula, a segunda fala é sobre as mudanças que ela percebeu comparando a época que estudava com a atualidade, e na sua terceira traz uma memória significativa que marcou sua vida escolar.

“-Eram mais ou menos 15 alunos na mesma sala, a sala não era forrada e a ventilação que tinha era comungós. Funcionava no horário das 07:00 às 11:00 da manhã”.

“-Sim, mudou muita coisa, só que hoje alguns alunos estão mais rebeldes e alguns professores já não têm tanta paciência como antigamente, a maioria destes professores permanecem ainda nas salas de sala por pura conveniência e necessidade de manter o salário que é a garantia do seu sustento, mas já não tem a preocupação de garantir um ensino de qualidade.”

“-Minha memória marcante relacionada a escola é justamente o que eu via também como maior dificuldade, que era chegar até a escola, por que mesmo sendo no povoado ainda era muito distante da minha casa, na época não tinha transporte e meus pais não podiam levar por que tinham que trabalhar para sustentar a família, então eu ia com meu irmão mais velho, se ele não fosse eu também não poderia ir, pois era muito pequena pra ir sozinha.” (Entrevista com Gilmara de Queiroz, Povoado Campo do Urubu, Pariconha- Alagoas 24/01/2021)

A consciência que a mesma tem acerca do comprometimento dos professores é significativa, considerando que quando se trabalha com dedicação se obtém resultados positivos, o que realmente acontece por que os alunos sentem-se estimulados e apresentam um desenvolvimento melhor quando se identifica com o professor e suas metodologias. Comprovando que apesar das dificuldades que vivenciou desde a escola do campo até a sua transição para a escola urbana, ela conseguiu concluir o Ensino Médio em 2010 e atualmente faz um curso técnico de enfermagem, tendo ainda a pretensão de ampliar a sua formação para expandir sua área de atuação profissional.

“-No começo foi difícil desapegar da escola antiga, pois já estava muito habituada, mas aos poucos fui acostumando com a escola urbana apesar das dificuldades para transporte, que inicialmente era um ônibus cedido pela prefeitura para transportar alunos de alguns povoados, mas não era suficiente por que a quantidade de alunos era grande, então o ônibus foi substituído por caminhonetes D20, que não tinha uma segurança adequada, e em tempos de chuva sempre atolava nas estradas de barro, o que atrapalhava muito.”

“-Atualmente estou fazendo curso técnico em enfermagem, mas tenho pretensão de ampliar minha formação para futuramente atuar nesta área com uma formação adequada.” (Entrevista com Gilmara de Queiroz, Povoado Campo do Urubu, Pariconha- Alagoas 24/01/2021)

Algo marcante na história dos alunos pertencentes ao campo é o processo de transição da escola do campo para a escola urbana, uma das maiores dificuldades está justamente na acessibilidade e nas condições do transporte que é cedido pela prefeitura, como a entrevistada acima relata, as caminhonetes não oferecem a segurança adequada, existe um histórico de acidentes com esses transportes, um deles com óbito, mas é o que permanece operando até o momento. Outra questão é as estradas de acesso aos povoados que são de terra ou barro, e em

época de chuva sempre resultava em atoleiros que interferiam nos horários de chegada na escola e em casa.

Já as memórias de outro entrevistado são mais objetivas e carregam menos afetividade, Josimário da Silva Souza, relata que iniciou a estudar em 2002 quando tinha 06 (seis) anos de idade, e segundo sua fala não teve uma experiência positiva, pois não gostava da escola por que não se identificava com a sua primeira professora:

“-Não gostava da escola, por que não me identificava com os métodos utilizados pela professora, mas era a única opção que tinha no povoado.”

“-A primeira professora com quem estudei era muito rígida, não ajudava muito no aprendizado por que não dava muita atenção aos alunos, mas a segunda era melhor, ela se dedicava mais pra garantir que os alunos realmente aprendessem.”
(Entrevista com Josimário da Silva Souza, Povoado Campo do Urubu, Pariconha-Alagoas 24/01/2021)

Referindo-se a sua transição para a escola urbana ele também descreve como uma experiência negativa a princípio, justamente por ter tido certa dificuldade para se adaptar a escola e aos professores, considerando que até então ele estava acostumado a uma só professora lecionando todas as disciplinas, além do grande número de alunos e a dificuldade de recursos básicos para atender o total de alunos matriculados. O mesmo fala também que concluiu o ensino médio, mas não tem pretensão nenhuma de ampliar sua formação em nenhum outro nível.

“Meu primeiro ano na escola da cidade foi difícil, acabei repetindo de ano por que não me adaptei aos professores, a escola também por ser maior e ter um numero maior de alunos não ajudou, chegava tarde na escola por conta do transporte e quando chegava na sala de aula ainda não tinha cadeira pra sentar.” (Entrevista com Josimário da Silva Souza, Povoado Campo do Urubu, Pariconha- Alagoas 24/01/2021)

Apesar de lembrar mais dos aspectos negativos que marcaram sua trajetória escolar no período inicial, ele aborda memórias que reafirmam a realidade das salas multisseriadas, como é a organização do professor por ter poucos recursos disponíveis para auxiliar no

desenvolvimento do seu trabalho de maneira qualitativa já que é sua responsabilidade garantir que os alunos se desenvolvam e aprendam os conteúdos passados da melhor maneira.

“As memórias que eu tenho desta época são de uma sala cheia de crianças de idades diferentes e séries diferentes também, mas que dividiam o quadro negro ao mesmo tempo para fazer as atividades. Também lembro que o espaço que tinha para brincadeiras era um terreiro grande” (Entrevista com Josimário da Silva Souza, Povoado Campo do Urubu, Pariconha- Alagoas 24/01/2021)

Geicielly da Silva Santos relembra que começou a estudar em 2007 aos 04 (quatro) anos de idade, e lembra-se da escola como um âmbito simples, mas com características específicas, desde a estrutura ao professor e os recursos existentes. Também relata como foi à transição para a escola da cidade, já que comparando com a realidade que ela conhecia foi bem “*assustador*”, segundo a mesma:

“-A escola era bastante simples, apenas uma sala para todos os alunos, uma cozinha, os banheiros e uma sala onde ficava os materiais usados em sala de aula. A carga horária era de 7h30 às 11h30/12h. Os alunos eram em média de 25 a 35 e os recursos eram até razoáveis, tinha merenda, livros, o básico para uma escola.”

“-Era apenas um professor que dava aula para os alunos da pré-escola e o ensino fundamental, por isso ela sempre estava cheia de tarefas pra fazer e nunca tinha tempo livre, para revisar a explicação, ajudar um aluno que tava com muita dificuldade e etc.”

“-Difícil. Sair de escola do campo e ir para uma urbana onde tudo é diferente, é um pouco assustador. Os problemas com transporte, também ter aprendido apenas o básico comparado a uma escola urbana, a rigidez dos professores, os métodos de ensino... É uma transição bem complicada.” (Entrevista com Geicielly da Silva Santos, Povoado Campo do Urubu, Pariconha- Alagoas 29/01/2021)

Após concluir o Ensino Médio tem a pretensão de ingressar em algum curso a nível superior, reconhecendo-se como aluna oriunda do campo almeja que ter mais oportunidades para graduação, além de oportunidades no mercado de trabalho. Mas voltando-se para a escola do campo, ela tem memórias singelas, a respeito de coisas simples como relata:

“Uma coisa que eu nunca vou esquecer é que na escola as provas e avaliações eram escritas, você destacava uma folha e escrevia as questões e depois respondia. Isso marcou muito, pois sempre que pegava uma prova ou atividade impressa na escola urbana, lembrava de quando eu tinha que escrever a prova numa folha de caderno. Lembro da hora do lanche, que a escola não tinha pátio nem nada assim, então você pegava a merenda e sentava na calçada da escola ou atrás da escola

pra comer. A escola não tinha jogos, que hoje tem, tipo jogos de tabuleiro e vários outras brincadeiras interativas, então a gente brincava de pega-pega e brincadeiras simples, como jogar bola, queimado e etc.” (Entrevista com Geicielly da Silva Santos, Povoado Campo do Urubu, Pariconha- Alagoas 29/01/2021)

Apresenta e reafirma as dificuldades que a estrutura tendia por não propiciar um ambiente adequado para a alimentação como ela cita, além da carência de materiais lúdicos que poderiam auxiliar em diversos aspectos o desenvolvimento das crianças por se tratar de uma escola direcionada para a primeira etapa da educação, com crianças em faixas etárias propícias para o estímulo do desenvolvimento integral aliado a uma mediação consciente do educador.

Até aqui foi apresentado uma diversidade de falas com experiências e opiniões distintas, de sujeitos em faixa etárias diferentes, mas propositalmente organizadas de maneira cronológica, tendo como objetivo apresentar histórias em tempos e décadas distantes para que ficassem claras as mudanças ocorridas ao longo deste tempo, dando a possibilidade de perceber através destes relatos, e também compará-los para atribuir um novo sentido. Assim, compreender melhor como se deu o processo contínuo da educação que se tem hoje no povoado Campo do Urubu, Pariconha- Alagoas, ainda nesse sentido, fica aqui expresso a importância da história de vida dos sujeitos que construíram e é parte dessa história, esteja ela documentada ou não, mas é uma história viva através de memórias e relatos.

COSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecendo o processo histórico da Educação no campo, e trazendo essa historicidade para uma região específica, pode se perceber que apesar da existência de leis em vigor que asseguram os direitos á educação para as populações campenses, cada região apresenta uma realidade diferente, seja nas dificuldades ou nos avanços.

A Escola Municipal de Educação Básica São Cristovão, é mais uma entre tantas outras que sobrevivem com o que é repassado pela prefeitura para custear manutenção além de outras despesas mensais, o que nem sempre é suficiente para suprir as necessidades como, por exemplo, o custo de materiais didáticos para além do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) que é padrão em todas as escolas da rede pública, mas opções que tragam uma diversidade literária para incentivar e despertar nos alunos o interesse e prazer pela leitura. Jogos de tabuleiros, quebra-cabeças, além de outros recursos lúdicos que contribuem para o desenvolvimento e aprendizagem em diversas áreas como cognitiva e motora.

Ao dar espaço para conhecer e compreender o processo de desenvolvimento e avanços a partir das experiências narradas por quem esteve presente nestes momentos torna mais significativo e profundo o processo histórico que vai sendo criado, pois ele parte do real para teórico e contribui também para a manutenção histórica da área em questão, nesse sentido, a Educação do Campo, mas na perspectiva de uma região humilde situada no sertão de Alagoas, região esta que pouco se fala em educação, principalmente voltada para as escolas dos povoados.

As narrativas aqui trazidas contribuem inicialmente para dar início a uma nova história sem deixar de lado o que veio anteriormente, os educadores, os alunos e funcionários que disponibilizaram seu tempo também passam a ser portadores de histórias vivas e referências que merecem ser conhecidas para assim despertar consciência nas gerações futuras de que o que eles irão ter daqui a algum tempo é justamente resultado de um processo evolutivo diferente do vivido no passado. As discussões abordadas também servem para refletir que o hoje deve ser valorizado, pois se atualmente ainda é possível identificar dificuldades, nas décadas passadas as dificuldades eram maiores e foram superadas.

REFERÊNCIAS

- ALAGOAS. [Constituição (1989)] Constituição do Estado de Alagoas, 1989: promulgada em 5 de outubro de 1989: atualizada até a emenda nº 38/2010 /coordenação de Maria de Fátima Medeiros Tavares. - 3. ed. rev. e ampl. Maceió : Governo do Estado de Alagoas, 2013.
- BARROS, Lânderson Antória; LIHTNOV, Dione Dutra. Reflexões sobre a Educação Rural e do Campo: As Leis, Diretrizes e Bases do Ensino no e do Campo no Brasil. ISSN 2446-9165 Recebido em:02/04/2016 Revisões requeridas em:04/05/2016 Aceito em:31/05/2016.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. (LDBEN-1996, artigo 28).
- BOUILLOUD, J. P. (2009). A autobiografia: um desafio epistemológico. In N. M. Takeuti & C. Niewiadomski (Orgs.), Reinvenções do sujeito social - teorias e práticas biográficas (pp. 33-60). Porto Alegre: Sulinas.
- CALDART, R.S. A escola do campo em movimento. In: Por uma educação básica do campo, nº 3. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo,2002.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Diretrizes de uma Caminhada. In: ARROYO, Miguel Gonzalez et al. Por uma educação do campo. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Por uma Educação do Campo: Educação do Campo: campo- políticas públicas – educação... [et al.] ; organizadora, Clarice Aparecida dos Santos. - Brasília: Incra; MDA, 2008109 p.; 19cm - (NEAD Especial;10)
- GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. Romagem do tempo e recantos da memória: reflexões metodológicas sobre história oral. São Leopoldo: Oikos, 2012.
- NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães; BARROS, Vanessa Andrade de; ARAUJO, Adriana Dias Gomide; PIMENTA, Denise Aparecida Oliveira: O método de história de vida: a

exigência de um encontro em tempos de aceleração. *Pesqui. prá. psicossociais* vol.12 no.2 São João del-Rei abr./jun. 2017.

PRADO, A.A. Ruralismo pedagógico no Brasil do Estado Novo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 4, julho 1995: 5-27.

SANTOS, Ramofly Bicalho. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL: O protagonismo dos movimentos sociais. DOI: 10.12957/teias. 2017. 24758.

SOUZA, Maria Antônia de. *Educação do Campo: Propostas e Práticas Pedagógicas do MST*. Petrópolis: Rio de Janeiro. Ed. Vozes, 2006.

ANEXOS**RESULTADO DOS QUESTIONÁRIOS****QUESTIONÁRIO I (PROFESSORES)****PROFESSORA 01****ELIZABETE RAMALHO DA SILVA, 54 anos**

- 1- Em que período prestou serviços a Escola Municipal de Educ. Básica São Cristovão?**

De 1998 a 2000.

- 2- Como conseguiu a vaga para lecionar?**

Concurso Público.

- 3- Qual era o seu nível de formação nesta época?**

Ensino Médio.

- 4- Descreva como era a escola na época que prestou serviços, as possibilidades que existiam para ofertar um ensino de qualidade, assim como as dificuldades. Relate memórias que considere significativas.**

Na época em que prestei serviços a escola era precária aonde não tinha recursos para se dar uma aula de qualidade, onde se trabalhava basicamente com o quadro negro e giz, eram muitas dificuldades em relação ao espaço da sala de aula, a falta de água, e também a falta de materiais didáticos para trabalhar. As memórias são de 22 anos atrás, mas permanecem, memórias essas que ainda são uma realidade com salas multisseriadas onde se dá aula para cerca de 4 séries por falta de alunos suficientes para preencher turmas de acordo com a série.

QUESTIONÁRIO I (PROFESSORES)**PROFESSORA 02****ROSILÂNIA CORREIA NOIA CAMPOS, 42 anos**

- 1- Em que período prestou serviços a Escola Municipal de Educ. Básica São Cristovão?**

No ano 2000.

2- Como conseguiu a vaga para lecionar?

Por meio de concurso público.

3- Qual era o seu nível de formação nesta época?

Magistério.

4- Descreva como era a escola na época que prestou serviços, as possibilidades que existiam para ofertar um ensino de qualidade, assim como as dificuldades. Relate memórias que considere significativas.

A escola tinha apenas uma sala de aula, um banheiro e uma cozinha, todos os espaços precários e tamanhos pequenos. Eu como professora e Dona Dene para serviços gerais.

Apesar de ser uma comunidade pequena, ali encontrei dentro da sala de aula uma diversidade complexa que não contribuía para melhores condições no desenvolvimento da aprendizagem, desde a falta de estrutura familiar ao analfabetismo predominante das famílias que conseqüentemente não contribuía para o acompanhamento dos alunos em casa.

Sendo a sala multisseriada, as dificuldades para o avanço da aprendizagem acentuavam-se. Naquele ano houve o Projeto Aceleração que foi muito importante para minha formação, sua dinâmica de ensino lúdico contribuiu para o meu aprimoramento e melhores resultados no ensino aprendizagem da turma.

Eu não gostava do deslocamento até a escola, pois ia de moto. Na época ainda não havia asfalto, então na época de seca era poeira e na época de chuva muita lama.

QUESTIONÁRIO I (PROFESSORES)

PROFESSORA 03

ELIANE DE SOUZA DIAS (Idade não registrada)

1- Em que período prestou serviços a Escola Municipal de Educ. Básica São Cristóvão?

Leciono na escola Municipal de Educação Básica São Cristóvão desde 1998, atualmente ainda atuo na mesma.

2- Como conseguiu a vaga para lecionar?

Consegui a vaga por meio de concurso público.

3- Qual era o seu nível de formação nesta época?

Na época, tinha apenas o magistério.

4- Descreva como era a escola na época que prestou serviços, as possibilidades que existiam para ofertar um ensino de qualidade, assim como as dificuldades. Relate memórias que considere significativas.

Logo que iniciei meu trabalho nessa escola, a mesma apresentava muitas dificuldades. Sala muito pequena, difícil acesso e recursos didáticos escassos, porém havia um maior número de alunos matriculados.

QUESTIONÁRIO II (ALUNOS)

ALUNO 01

MARIA DE LOURDES DA SILVA, 80 anos

1- Em que ano você iniciou a estudar?

1947.

2- Que idade tinha?

08 anos.

3- Descreva a escola como se recorda nesta época, a estrutura, a carga horária, o número de alunos por turma, os recursos que existiam.

Era em uma fazenda que tinha um salão, a aula começava às 8 da manhã até meio dia, lembro que tinha uns 45 alunos na turma e basicamente não tinha nada na sala de aula era tudo improvisado e nós não tínhamos condição de comprar material.

4- Como era o professor naquela época?

Era muito dedicada, tinha prazer em ensinar as crianças a ler e escrever.

5- Como foi o seu processo de transição para a escola urbana?

Na minha época ainda não tinha a opção de ir pra outro lugar, terminava na quarta série mesmo.

6- Concluiu o Ensino Fundamental e o Ensino Médio?

Só estudei até a quarta série mesmo.

7- Você fez ou pretende fazer algum curso técnico ou graduação?

Não.

- 8- Você acha que mudou muita coisa comparando a época passada com a atual? Se sim, o que você pode apontar como mudança, seja positiva ou negativa?**

Acho que sim, hoje em dia as escolas têm água encanada, luz elétrica, além que a prefeitura ajuda em tudo, coisa que antigamente era mais difícil.

- 9- Quais as perspectivas educacionais você tem enquanto aluno oriundo da área do campo atualmente?**

....

- 10- Faça um breve resumo de suas memórias mais significativas vinculadas á escola do Campo, remetendo-se a aspectos que você considera ter sido uma dificuldade, além de aspectos que marcam de maneira afetiva a sua história.**

Eu lembro muito das brincadeiras no caminho até a escola, era sempre uma festa, um momento que podia encontrar outras crianças, sair do trabalho da roça além de aprender alguma coisa na escola também era muito divertido.

QUESTIONÁRIO II (ALUNOS)

ALUNO 02

GEANE OLIVEIRA, 43 anos

- 1- Em que ano você iniciou a estudar?**

1985.

- 2- Que idade tinha?**

07 anos.

- 3- Descreva a escola como se recorda nesta época, a estrutura, a carga horária, o número de alunos por turma, os recursos que existiam.**

Quando iniciei a estudar era na sala de uma casa, pois nessa época ainda não tinha colégio onde moro. Era cerca de 10 alunos na sala, e o horário era de 8:00 horas da manhã até 12:00 da tarde.

- 4- Como era o professor naquela época?**

A professora era uma tia minha, e ela era bem rígida.

- 5- Como foi o seu processo de transição para a escola urbana?**

Foi depois de muito tempo, pois na época não tinha transporte e a gente estudava só até a quarta série.

6- Concluiu o Ensino Fundamental e o Ensino Médio?

Não.

7- Você fez ou pretende fazer algum curso técnico ou graduação?

Não.

8- Você acha que mudou muita coisa comparando a época passada com a atual? Se sim, o que você pode apontar como mudança, seja positiva ou negativa?

Sim, mudou bastante, atualmente têm transporte, lanche, livros de boa qualidade, além de professores qualificados.

9- Quais as perspectivas educacionais você tem enquanto aluno oriundo da área do campo atualmente?

As perspectivas atualmente são bem maiores do que se tinha antigamente, além do ENEM, que se tirar uma pontuação boa dá pra ingressar em uma faculdade pública, pode conseguir também financiamento através do FIES nas faculdades privadas.

10- Faça um breve resumo de suas memórias mais significativas vinculadas á escola do Campo, remetendo-se a aspectos que você considera ter sido uma dificuldade, além de aspectos que marcam de maneira afetiva a sua história.

Naquela época tudo era bem difícil, a gente ia pra escola a pé, pois não tinha transporte, a professora era bem rigorosa pra ir ao banheiro só ia um por vez, tinha até uma pedrinha que ficava em cima da mesa da professora, pra sair tinha que pegar, pra não sair dois ao mesmo tempo. Era uma sala única para todas as séries, na hora do intervalo era muito divertido, brincávamos de queimada, pular corda, amarelinha, entre outras brincadeiras da época, era tudo bem diferente das escolas atuais.

QUESTIONÁRIO II (ALUNOS)**ALUNO 03****GILMARA DE QUEIROZ, 29 anos****1- Em que ano você iniciou a estudar?**

1999.

2- Que idade tinha?

08 anos.

- 3- Descreva a escola como se recorda nesta época, a estrutura, a carga horária, o número de alunos por turma, os recursos que existiam.**

Eram mais ou menos 15 alunos na mesma sala, a sala não era forrada e a ventilação que tinha era comungós. Funcionava no horário das 7:00 às 11:00 da manhã.

- 4- Como era o professor naquela época?**

Era uma boa professora, tranquila e paciente.

- 5- Como foi o seu processo de transição para a escola urbana?**

No começo foi difícil desapegar da escola antiga, pois já estava muito habituada, mas aos poucos fui acostumando com a escola urbana apesar das dificuldades para transporte, que inicialmente era um ônibus cedido pela prefeitura para transportar alunos de alguns povoados, mas não era suficiente por que a quantidade de alunos era grande, então o ônibus foi substituído por caminhonetes D20, que não tinha uma segurança adequada, e em tempos de chuva sempre atolava nas estradas de barro, o que atrapalhava muito.

- 6- Concluiu o Ensino Fundamental e o Ensino Médio?**

Sim.

- 7- Você fez ou pretende fazer algum curso técnico ou graduação?**

Atualmente estou fazendo curso técnico em enfermagem, mas tenho pretensão de ampliar minha formação para futuramente atuar nesta área com uma formação adequada.

- 8- Você acha que mudou muita coisa comparando a época passada com a atual? Se sim, o que você pode apontar como mudança, seja positiva ou negativa?**

Sim, mudou muita coisa, só que hoje alguns alunos estão mais rebeldes e alguns professores já não têm tanta paciência como antigamente, a maioria destes professores permanecem ainda nas salas de sala por pura conveniência e necessidade de manter o salário que é a garantia do seu sustento, mas já não tem a preocupação de garantir um ensino de qualidade.

- 9- Quais as perspectivas educacionais você tem enquanto aluno oriundo da área do campo atualmente?**

Que os alunos se desempenhem ainda mais e os professores tenham mais paciência pra lidar com as crianças e adolescentes, pois hoje em dia não é nada fácil ajudar no processo de desenvolvimento entendendo que cada aluno tem um tempo e uma dificuldade de aprendizado diferente.

- 10- Faça um breve resumo de suas memórias mais significativas vinculadas á escola do Campo, remetendo-se a aspectos que você considera ter sido uma dificuldade, além de aspectos que marcam de maneira afetiva a sua história.**

Minha memória marcante relacionada a escola é justamente o que eu via também como maior dificuldade, que era chegar até a escola, por que mesmo sendo no povoado ainda era muito distante da minha casa, na época não tinha transporte e meus pais não podiam levar por que tinham que trabalhar para sustentar a família, então eu ia com meu irmão mais velho, se ele não fosse eu também não poderia ir, pois era muito pequena pra ir sozinha.

QUESTIONÁRIO II (ALUNOS)

ALUNO 04

JOSIMÁRIO DA SILVA SOUZA, 24 anos

- 1- Em que ano você iniciou a estudar?**

2002.

- 2- Que idade tinha?**

06 anos.

- 3- Descreva a escola como se recorda nesta época, a estrutura, a carga horária, o número de alunos por turma, os recursos que existiam.**

Não gostava da escola, por que não me identificava com os métodos utilizados pela professora, mas era a única opção que tinha no povoado.

- 4- Como era o professor naquela época?**

A primeira professora com quem estudei era muito rígida, não ajudava muito no aprendizado por que não dava muita atenção aos alunos, mas a segunda era melhor, ela se dedicava mais pra garantir que os alunos realmente aprendessem.

- 5- Como foi o seu processo de transição para a escola urbana?**

Meu primeiro ano na escola da cidade foi difícil, acabei repetindo o ano por que não me adaptei aos professores, a escola também por ser maior e ter um numero maior de alunos não ajudou, chegava tarde na escola por conta do transporte e quando chegava na sala de aula ainda não tinha cadeira pra sentar.

- 6- Concluiu o Ensino Fundamental e o Ensino Médio?**

Concluí o ensino médio.

7- Você fez ou pretende fazer algum curso técnico ou graduação?

No momento não tenho pretensão de fazer nenhum curso.

8- Você acha que mudou muita coisa comparando a época passada com a atual? Se sim, o que você pode apontar como mudança, seja positiva ou negativa?

Mudou, hoje em dia os banheiros são mais limpos e tem portas, também tem ventiladores e outros recursos que na minha época não existia.

9- Quais as perspectivas educacionais você tem enquanto aluno oriundo da área do campo atualmente?

Se eu tivesse a pretensão de continuar estudando haveria ainda muitas dificuldades, principalmente relacionadas ao transporte.

10- Faça um breve resumo de suas memórias mais significativas vinculadas á escola do Campo, remetendo-se a aspectos que você considera ter sido uma dificuldade, além de aspectos que marcam de maneira afetiva a sua história.

As memórias que eu tenho desta época são de uma sala cheia de crianças de idades diferentes e séries diferentes também, mas que dividiam o quadro negro ao mesmo tempo para fazer as atividades. Também lembro que o espaço que tinha para brincadeiras era um terreiro grande.

QUESTIONÁRIO II (ALUNOS)

ALUNO 05

GEICIELLY DA SILVA SANTOS, 17 anos

1- Em que ano você iniciou a estudar?

2007.

2- Que idade tinha?

04 anos.

3- Descreva a escola como se recorda nesta época, a estrutura, a carga horária, o número de alunos por turma, os recursos que existiam.

A escola era bastante simples, apenas uma sala para todos os alunos, uma cozinha, os banheiros e uma sala onde ficavam os materiais usados em sala de aula. A carga

horária era de 7h30 as 11h30/12h. Os alunos eram em média de 25 a 35 e os recursos eram até razoáveis, tinha merenda, livros, o básico para uma escola.

4- Como era o professor naquela época?

Era apenas um professor que dava aula para os alunos da pré-escola e o ensino fundamental, por isso ela sempre estava cheia de tarefas pra fazer e nunca tinha tempo livre, para revisar a explicação, ajudar um aluno que tava com muita dificuldade e etc.

5- Como foi o seu processo de transição para a escola urbana?

Difícil. Sair de escola do campo e ir para uma urbana onde tudo é diferente é um pouco assustador. Os problemas com transporte, também ter aprendido apenas o básico comparado a uma escola urbana, a rigidez dos professores, os métodos de ensino... É uma transição bem complicada.

6- Concluiu o Ensino Fundamental e o Ensino Médio?

Sim.

7- Você fez ou pretende fazer algum curso técnico ou graduação?

Não fiz, mas pretendo fazer.

8- Você acha que mudou muita coisa comparando a época passada com a atual? Se sim, o que você pode apontar como mudança, seja positiva ou negativa?

Sim. A qualidade de ensino melhorou muito, existe maior disponibilidade de materiais de apoio (livros, apostilas e etc.), o espaço disponível para ensino...

9- Quais as perspectivas educacionais você tem enquanto aluno oriundo da área do campo atualmente?

Ter mais oportunidades para estudo superior, além de acesso a mais oportunidades para graduação e disponibilidade de vagas de emprego.

10- Faça um breve resumo de suas memórias mais significativas vinculadas á escola do Campo, remetendo-se a aspectos que você considera ter sido uma dificuldade, além de aspectos que marcam de maneira afetiva a sua história.

Uma coisa que eu nunca vou esquecer é que na escola as provas e avaliações eram escritas, você destacava uma folha e escrevia as questões e depois respondia. Isso marcou muito, pois sempre que pegava uma prova ou atividade impressa na escola urbana, lembrava de quando eu tinha que escrever a prova numa folha de caderno. Lembro da hora do lanche, que a escola não tinha pátio nem nada assim, então você pegava a merenda e sentava na calçada da escola ou atrás da escola pra comer. A escola não tinha jogos que hoje tem, tipo jogos de tabuleiro e vários outras

brincadeiras interativas, então a gente brincava de pega-pega e brincadeiras simples, como jogar bola, queimado e etc.

ANEXO (FOTOS)



Foto: Alane Kaline Queiroz Silva, Janeiro de 2021 (Escola Municipal de Educação Básica São Cristovão)



Foto: Alane Kaline Queiroz Silva, Janeiro de 2021 (Fachada)



Foto: Alane Kaline Queiroz Silva, Janeiro de 2021 (Cisterna localizada no entorno da escola)



Foto: Alane Kaline Queiroz Silva, Janeiro de 2021 (Parte de trás da escola)



Foto: Alane Kaline Queiroz Silva, Janeiro de 2021 (Sala de aula 1)



Foto: Alane Kaline Queiroz Silva, Janeiro de 2021 (Banheiros de uso comum)



Foto: Alane Kaline Queiroz Silva, Janeiro de 2021 (Cozinha e dispensa)



Foto: Alane Kaline Queiroz Silva, Janeiro de 2021 (Sala dos Professores e Banheiro reservado)



Foto: Alane Kaline Queiroz Silva, Janeiro de 2021 (Sala de aula 2)